



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
7ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2011

CURITIBA/PR, 2012



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
7ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, DN TCU nº 117/2011, da Portaria TCU nº 123/2011 e da Portaria nº 2.546/2010-CGU.

CURITIBA/PR, 2012



Polícia Rodoviária Federal

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Martins Cardozo

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretora Geral
Maria Alice Nascimento Souza

**7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL -
PARANÁ**

Superintendente Regional
Gilson Luiz Cortiano

Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização
Ricardo Schneider

Chefe da Seção Administrativa e Financeira
Andia Nara Guiraud

Chefe da Seção de Recursos Humanos
Antonio Paim de Abreu Junior

Corregedor Regional
Jader Augusto Roverão Bezerra

Chefe da 1ª Delegacia Regional – Colombo
Anthony Nelson Tchalski Nascimento

Chefe da 2ª Delegacia Regional – Pato Branco
Roderjan Alves Rodrigues

Chefe da 3ª Delegacia Regional – Ponta Grossa
Haroldo Luis Rauch

Chefe da 4ª Delegacia Regional – Cascavel
Wesley Salomé Rotta

Chefe da 5ª Delegacia Regional – Foz do Iguaçu
Júlio Cezar Kloster

Chefe da 6ª Delegacia Regional – Guaíra
Marcus Cesar Bonache

Chefe da 7ª Delegacia Regional – Londrina
Eddy Machado Junior

Missão Institucional

Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

7ª SRPRF/PR – 7ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Paraná

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

LOA – Lei Orçamentária Anual

MJ – Ministério da Justiça

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PPA – Plano Plurianual

PRF – Polícia Rodoviária Federal

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

UOP – Unidade Operacional (Posto de Fiscalização PRF)

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	5
LISTA DE QUADROS	7
LISTA DE QUADROS 7ª SRPRF/PR.....	9
INTRODUÇÃO	10
DESENVOLVIMENTO	12
1. IDENTIFICAÇÃO.....	12
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	12
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	14
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	14
2.1.1 Contexto de atuação	14
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	18
2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico	18
2.2.2 Análise do plano de ação.....	18
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.....	27
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	29
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	30
2.3.3 Execução financeira sob responsabilidade do DPRF	31
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO.....	32
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	32
2.4.2 Programação de Despesas Correntes.....	32
2.4.3 Programação de Despesas de Capital	32
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesas	34
2.5 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	36
2.6 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	37
2.7 INDICADORES INSTITUCIONAIS	38
2.7.1 Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais (Paraná).....	39
2.7.2 Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais (Paraná)	40
2.7.3 Sensação de Segurança nas Rodovias Federais (Paraná)	40
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	41
3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	41
3.1.1 Análise Crítica.....	41
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	42
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	42
4.2 ANÁLISE CRÍTICA	42
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	43
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	43
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	43
5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada	43
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada	44
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade.....	45
5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade	45
5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.....	47
5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	47
5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada	47
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	48
5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	49
5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	50
5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	50
5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....	50
5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade	51
5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	52
5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	53

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	56
6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO	56
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011	56
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	56
6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes	56
6.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE	56
6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	56
6.3 ANÁLISE CRÍTICA	56
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	57
7.1 MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	57
7.2 DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	57
8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	59
8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	59
8.2 ANÁLISE CRÍTICA	59
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	60
9.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	60
10. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	62
10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	62
11. GESTÃO DOS PATRIMÔNIOS IMOBILIÁRIOS	64
11.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.	64
11.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	64
11.3 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	65
12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	66
12.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	66
13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	68
13.1 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	68
13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício	68
13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade	68
14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	69
14.1 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ	69
14.2 VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA	69
14.3 CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOA JURÍDICA E FÍSICA	69
15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	70
DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	70
15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	71
15.2 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	71
16. TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO DA UJ	72
16.1 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	72
16.2 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO	72
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO	73
17.1 CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA 7ª SRPRF/PR	73
17.2 CONVÊNIOS DE APARELHAMENTO	74
18. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	80
18.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	80
18.2 DECLARAÇÃO CONTADOR ANO VIGENTE	80
CONCLUSÃO	82
ANEXO I - ORGANOGRAMA DA 7ª SRPRF/PR	85
ANEXO II - ESTRUTURA DELEGACIAS NO ESTADO DO PARANÁ	96
ANEXO III - ROL DE RESPONSÁVEIS	99
ANEXO IV - RELATÓRIO CGU-PAD	109

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	12
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	29
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	30
Quadro A.2.2.1 - Ações físicas sob responsabilidade de outros órgãos (convênios ou acordos)	30
Quadro 2.2.2.1 - Ações financeiras sob responsabilidade do DPRF.....	31
Quadro 2.2.2.2 - Ações financeiras sob responsabilidade de outros órgãos.	31
Quadro A.2.3 - Identificação da Unidade Orçamentária.....	32
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes	32
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital	32
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	32
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	33
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	34
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	34
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	34
Quadro A.2.11 - Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	35
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	36
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	37
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	41
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	42
Quadro A.5.1 Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011.....	43
Quadro A.5.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011	43
Quadro A.5.3 - Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ - Situação em 31/12/2011	44
Quadro A.5.4 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2011	45
Quadro A.5.5 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de escolaridade – Situação em 31/12/2011.....	45
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2011	47
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2011.....	47
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	48
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	49
Quadro A.5.9 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	50
Quadro A.5.10 - Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados	50
Quadro A.5.11 - Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.....	50
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	51
Quadro a.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	52
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	56
Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	56
Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	56

Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	56
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	56
Quadro A.7.1 - Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV ...	57
Quadro A.8.1 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	59
Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ	60
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	62
Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	64
Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros...	64
Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	65
Quadro A.12.1 - Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada	66
Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	68
Quadro A.13.2 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	68
Quadro A.14.1 - Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ.....	69
Quadro A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	69
Quadro A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas.....	69
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	70
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	71
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	71
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	71
Quadro A.16.1 - Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício.....	72
Quadro A.16.2 - Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	72
Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	80

LISTA DE QUADROS 7ª SRPRF/PR

Quadro I- Objetivo Tático - Aumentar a Fiscalização e a Visibilidade da Polícia Rodoviária Federal	19
Quadro II - Objetivo Tático - Combater as Infrações de Trânsito e a Criminalidade.....	20
Quadro III - Objetivo Tático - Veículos Recolhidos.....	21
Quadro IV - Objetivo Tático - Crimes nas Rodovias.....	21
Quadro V - Objetivo Tático - Apreensões Realizadas – Entorpecentes	21
Quadro VI- Objetivo Tático - Apreensões Realizadas – Contrabando/Descaminho	22
Quadro VII - Objetivo Tático - Apreensões Realizadas – Armas.....	22
Quadro VIII - Objetivo Tático - Apreensões Realizadas – Munições	22
Quadro IX - Objetivo Tático - Apreensões Realizadas – Meio-Ambiente	23
Quadro X -Objetivo Tático - Recuperações Realizadas.....	23
Quadro XI- Objetivo Tático - Aumentar a Produtividade Individual dos Servidores	23
Quadro XII - Objetivo Tático - Equipamentos de Monitoramento e Fiscalização Eletrônica Operacionais.....	23
Quadro XIII - Objetivo Tático - Reduzir o Tempo de Resposta a Comunicações de Ocorrências ...	24
Quadro XIV - Objetivo Tático - Investir em Ações de Conscientização e Educação de Trânsito	24
Quadro XV - Objetivo Tático - Fortalecer a Imagem Institucional da PRF	24
Quadro XVI - Objetivo Tático - Combater os Desvios Disciplinares.....	25
Quadro XVII - Objetivo Tático - Melhorar a Aparência e a Infraestrutura das Unidades.....	25
Quadro XVIII - Objetivo Tático - Utilizar cada vez mais a Inteligência Policial no Planejamento e na Execução Operacional	26
Quadro XIX - Objetivo Tático - Promover a Capacitação dos Servidores	26
Quadro XX - Objetivo Tático - Reduzir o Absenteísmo entre os Servidores	26
Quadro - XXI-Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais (Paraná).....	39
Quadro - XXII-Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais (Paraná).....	40
Quadro XXIII- Relação atividades e efetivo.....	54
Quadro XXIV - Medição Contrato Obra 1.....	73
Quadro XXV - Medição Contrato Obra 2.....	73
Quadro XXVI - Convênio: 103/2008.....	75
Quadro XXVII - Convênio: 81/2010	75
Quadro XXVIII - Convênio: 82/2010	76
Quadro XXIX - Convênio: 84/2010.....	76
Quadro XXX - Convênio: 01/2011	77
Quadro XXXI - Convênio: 04/2009.....	77
Quadro XXXII - Convênio: 06/2009	78
Quadro XXXIII - Convênio: 09/2009	79

INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e Portaria TCU nº 277/2010, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2011.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos financeiros da 7ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, no Estado do Paraná. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 7ª SRPRF/PR no decorrer do exercício de 2011 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2011 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Unidade, o que possibilita uma perspectiva macro com acompanhamento setorizado.

Tendo em vista que a 7ª SRPRF/PR não é Unidade Orçamentária, os itens/quadros relativos a tais órgãos serão referenciados, porém sem o preenchimento de dados. Faz-se relevante constar que o presente relatório apresenta fielmente a estrutura de tópicos prevista na Portaria – TCU nº 123/2011, de 12 de maio de 2011 para assim propiciar melhor compreensão e análise de quem for apreciá-lo. De tal forma, alguns desses itens deixaram de ser apresentados ou explanados, a saber: Itens 2.3.1; 2.4.2; 2.4.3; 2.4.4; 2.4.4.1 e 2.4.4.2 não foram preenchidos por não corresponderem a natureza jurídica da UJ; Já por não ter havido ocorrências no período ficaram sem preenchimento os Itens 3; 5.5.1 e 5.5.2; 6; 14; 15.1; 15.2; Encontra-se também sem dados o Item 16 por inexistência de referida Unidade na UJ; Por fim, os Itens 2.3.2 e 2.3.3 serviram de informação acessória pois, constarão em relatório de gestão do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Dentre o conteúdo do presente Relatório de Gestão pode-se destacar como principais realizações no exercício 2011:

- O atingimento da meta de redução de mortes em acidentes nas rodovias federais no Estado do Paraná, o que demonstra que a 7ª SRPRF/PR tem sido bem sucedida neste objetivo, executando ações pontuais e inteligentes que resultaram na diminuição da letalidade dos acidentes;
- Ação contínua na intensificação da fiscalização minuciosa obtendo resultados significativos no combate ao narcotráfico, entrada ilegal de armas e munições e no contrabando e descaminho de bens de consumo diversos;
- Início da construção do edifício sede da 7ª SRPRF/PR em Curitiba/PR, tendo sido executado mais de 30% da obra até dezembro de 2011;
- Renovação de aproximadamente 30% da frota operacional, com recursos oriundos dos convênios firmados com concessionárias de rodovias, resultando na aquisição de 47 (quarenta e sete) novas viaturas operacionais.

Também estão abordadas as dificuldades que impediram um melhor desempenho desta Unidade Jurisdicionada, podendo desde já serem citados o expressivo crescimento da frota nacional

de veículos frente a deficiência de efetivo operacional para realizar as atividades nas rodovias, e ausência de investimentos na área de tecnologia para controle e fiscalização do trânsito.

Para o exercício de 2012, esta Unidade Jurisdicionada pretende executar ações para atingir as metas dos indicadores institucionais estabelecidos para o período, muito embora, a ocorrência de acidentes resultem de uma confluência de vários fatores, como clima, condições da via, conduta do motorista e a projeção de aumento da frota nacional.

Há também a expectativa de ingresso de novos policiais em virtude da continuidade do concurso público iniciado em 2009. Planeja, ainda, iniciar o procedimento para contratação do projeto de construção da sede da 6ª Delegacia Regional no município de Guaíra e incrementar a utilização de tecnologia para fiscalização eletrônica de velocidade, em especial nas de perímetros urbanos das rodovias federais.

Gilson Luiz Cortiano
Superintendente Regional

DESENVOLVIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal / MJ		Código SIORG: 000704
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: 7ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal - Paraná		
Denominação abreviada: 7ª SRPRF/PR		
Código SIORG: 002832	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 200118
Situação: Ativa		
Natureza jurídica: Órgão Público da administração direta do Poder Executivo		
Principal atividade: Segurança e ordem pública	Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones de contato: (41) 3535-1910 / 3535-1999	Fax de contato: (41) 3535-1999	
Endereço eletrônico: sup.pr@dprf.gov.br		
Página institucional na internet: www.dprf.gov.br		
Endereço Postal: Rodovia BR 476 (antiga BR 116), nº 3.312, bairro Bacacheri, Curitiba/PR, CEP 82590-100		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normativos de criação e alteração da UJ: Constituição Federal (Art. 144), Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Decreto nº 1.655/1995.		
Outras normas infralegais: Decreto nº 6.061/2007 e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça.		

A estrutura administrativa da 7ª SRPRF/PR é composta de uma unidade denominada Superintendência, assessorada por três Seções e uma Corregedoria Regional. A atividade operacional é desenvolvida pela Seção de Policiamento e Fiscalização subsidiada por delegacias regionais num total de 7 (sete) distribuídas pelo Estado do Paraná.

O Organograma elencado no Anexo I do presente relatório expõe como está estruturada a 7ª SRPRF/PR.

Por sua vez, o Anexo II contempla as unidades administrativas e suas respectivas localizações pelo Estado do Paraná, com definição da abrangência de cada delegacia regional.

As funções e competências de cada área componente da 7ª SRPRF/PR encontram-se elencadas nos Artigos 75 a 95 do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal aprovado pela Portaria MJ nº 1375, de 2 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União na Edição nº 150, de 6/08/2007, estando transcritos no Anexo I.

As atividades operacionais são coordenada pela Seção de Policiamento e Fiscalização, à qual estão também vinculadas as seguintes estruturas:

- Central de Informações Operacionais – CIOP, responsável pelo registro e troca de informações entre as diversas áreas operacionais, bem como com os usuários das rodovias, principalmente através do número de emergência da PRF – 191;
- Base da Divisão de Operações Aéreas, no aeroporto do Bacacheri em Curitiba, a qual conta com dois helicóptero e sua tripulação altamente capacitada para resgates e operações de combate ao crime; e
- Canil, o qual possui cães treinados para combate ao tráfico de drogas e outros ilícitos.

No ano de 2009, a 7ª SRPRF/PR retomou a fiscalização e policiamento ostensivo de todos os trechos de rodovias federais no Estado do Paraná (decisão do 4º Tribunal Regional Federal na Ação Rescisória nº 2007.04.00.021613-1/PR), aumentando a circunscrição de rodovias policiadas de 1.183,8 Km para 3.497,6 Km, bem como somando, às 18 Unidades Operacionais (UOPs - postos de fiscalização) existentes, outras 24 UOPs até então sob controle da Polícia Militar do Estado do Paraná.

No momento seguinte a esta retomada, para melhor aproveitar o efetivo disponível e atender às novas demandas, a 7ª SRPRF/PR optou por desativar 3 UOPs, ficando com 39 UOPs no Estado do Paraná.

Em novembro de 2010, foram efetivadas, por parte do Ministério dos Transportes, incorporações à rede rodoviária federal de segmentos de rodovias estaduais de transição (PRT), as quais passaram a ser rodovias federais e, portanto, sob circunscrição da Polícia Rodoviária Federal: BR 153 (Km 111,6 a 160,6 e Km 294,8 a 426,3), BR 158 (Km 225,5 a 290,4 e Km 323,4 a 393,1) e BR 163 (Km 9,0 a 192,1 e Km 242,2 a 281,1).

Dessa forma a malha rodoviária sob circunscrição da 7ª SRPRF/PR passou a ser de 4.042,8 Km, bem como foram incorporadas mais 3 UOPs que, até então, pertenciam à Polícia Militar do Estado do Paraná.

Para atender aos seus objetivos institucionais e abranger todo o Estado do Paraná (4.042,8 Km de rodovias federais policiadas), a 7ª SRPRF/PR possui em sua estrutura 7 delegacias desconcentradas e 42 Unidades Operacionais (UOPs - postos de fiscalização), cada qual sendo responsável por uma parte da malha viária federal, conforme distribuição geográfica constante do Anexo II-Estrutura das delegacias- do presente relatório.

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

2.1.1 Contexto de atuação

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da publicação “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável de 2010”, o índice de mortes por acidentes de trânsito no país cresceu 11% em 15 anos passando de 18,3 a cada 100 mil habitantes em 1992 para 20,3 em 2007 (incremento absoluto de dois óbitos por 100 mil habitantes no período). No Brasil, cerca de 39 mil pessoas morrem, por ano, vítimas de acidentes de trânsito, o que representa cerca de 106 mortes por dia.

O estudo diz ainda que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera os acidentes de trânsito como um dos maiores problemas de saúde pública no mundo, especialmente nos países em desenvolvimento, uma consequência da acelerada urbanização e motorização, que não é acompanhada na mesma proporção pela infraestrutura e pela educação. Os acidentes de trânsito, por serem um dos fatores que ameaçam a segurança física dos cidadãos, refletem diretamente na qualidade de vida da população.

De acordo com estudo encomendado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a violência nas rodovias federais do país custou ao Estado e conseqüentemente à sociedade, cerca de R\$ 8,5 bilhões no ano de 2009 - o equivalente a R\$ 53,4 mil por acidente.

Situação esta já retratada em 2006, onde os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, afirmavam que os acidentes de trânsito, em todas as rodovias brasileiras, custaram anualmente cerca de R\$ 22 bilhões ao país, o que equivale a 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, sendo que deste total, R\$ 6,5 bilhões foram os custos com acidentes somente nas rodovias federais.

Nesse sentido, é possível observar um acréscimo de R\$ 2 bilhões de reais com os custos de acidentes de trânsito em rodovias federais no período de 2006 a 2009.

A Polícia Rodoviária Federal, como órgão do Sistema Nacional de Trânsito, tem papel fundamental na mitigação desse problema, haja vista que a atribuição primária e prioritária desse órgão é a redução dos acidentes de trânsito nas rodovias federais, seja através da fiscalização, seja através das campanhas e ações de conscientização da sociedade.

Voltando ao estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este aponta ainda que a taxa de homicídios no país também é muito preocupante, sendo, em 2007, de 25,4 por 100 mil habitantes. Alta de 32% em relação a 1992, quando era de 19,2. E, nesse ponto, vale ressaltar que uma grande parte destes homicídios são decorrentes do tráfico de drogas e de armas, os quais se utilizam, dentre outros canais, das rodovias federais para movimentar seus produtos ilícitos.

O Brasil é um país onde o transporte de cargas e pessoas é efetuado pelo modal eminentemente rodoviário, segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte – CNT. De uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá nas rodovias federais e é nesse ponto que a atuação da Polícia Rodoviária Federal é fundamental, sendo este o órgão no âmbito federal especializado em combater esta criminalidade e promover a segurança pública nas rodovias brasileiras.

As rodovias são utilizadas para o tráfico de entorpecentes, de armas, de pessoas, de madeira ou de animais silvestres, para o contrabando e o descaminho, para a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), para o transporte de produtos e subsídios do crime, para a fuga de criminosos e foragidos em geral, para os chamados crimes de trânsito (Código

de Trânsito Brasileiro), para os crimes de evasão fiscal e de divisas, para assaltos a cargas e a passageiros, dentre muitos outros.

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois são o elo de integração nacional. Se, por um lado, os governos possuem programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado, a situação de infraestrutura e segurança pública nas rodovias federais pode afastar turistas, empresários e transportadores de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança. Além disso, esta insegurança acaba por acrescer os valores de frete e de transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais, que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando, por conseguinte, o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Nesse contexto, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, a Polícia Rodoviária Federal pode servir como articulador direto dos planos nacionais de segurança pública, pois é constituído de cerca de 600 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3.500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Em muitas localidades do país a Polícia Rodoviária Federal chega a ser o único contato direto e identificado do Estado com a população.

2.1.1.1 Competências Institucionais

A Constituição Federal do Brasil prevê a existência e manutenção da Polícia Rodoviária Federal como órgão da União promotor da segurança pública nacional:

“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

(...)

II - polícia rodoviária federal;

(...)

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)”

Já o Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995 define as competências legais da Polícia Rodoviária Federal:

“Art. 1º À Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça, no âmbito das rodovias federais, compete:

I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis”

A Polícia Rodoviária Federal também é explicitamente citada no Código de Trânsito Brasileiro (na Lei nº 9.503/97):

“Art. 7º Compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:

(...)

V - a Polícia Rodoviária Federal;

(...)

Art. 20. Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;

V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;

VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;

IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;

XI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.”

De forma geral, cabe à Polícia Rodoviária Federal garantir que o trânsito de pessoas e mercadorias, nas rodovias federais, seja feito de forma contínua e segura, através da coordenação e fiscalização. Compete também impedir que a estrutura rodoviária seja utilizada para fins ilícitos, tais como tráfico de entorpecentes, de armas, de pessoas, de madeira ou de animais silvestres, contrabando, descaminho, prostituição infantil, trânsito de bens roubados, fuga de pessoas foragidas da justiça, dentre outros ilícitos.

Um outro campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal é no controle das manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população.

Podemos citar também, como área de atuação da Polícia Rodoviária Federal, o apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como, por exemplo, enchentes, queimadas e queda de barreiras.

2.1.1.2 Objetivos estratégicos

Inicialmente, cumpre-nos informar que entendemos que o “nível estratégico” da instituição Departamento de Polícia Rodoviária Federal está na sua alta administração, ou seja, nas figuras do Diretor-Geral e dos Coordenadores-Gerais. Portanto, a Unidade Jurisdicionada 7ª SRPRF/PR não tem um planejamento estratégico autônomo, agindo nos níveis táticos e operacionais, conforme determinações estratégicas traçadas pela Direção-Geral do DPRF.

Posto isso e em coerência com as informações e considerações apresentadas nos itens anteriores, o DPRF adotou como objetivos estratégicos os indicadores e metas físicas do Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, constante do Plano Plurianual 2008-2011:

2.1.1.2.1 Redução dos acidentes nas rodovias federais

Indicador: Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – quantidade de acidentes nas rodovias federais a cada 1.000.000 de veículos da frota nacional (o índice original do PPA 2008-2011 foi calculado com base em 10.000 veículos da frota nacional, mas, quando este é trazido para o âmbito de apenas uma regional, o índice acaba ficando com valores muito baixos, reduzidos a décimos e centésimos, e, por isso, adotamos a base de 1.000.000 de veículos da frota nacional).

Meta de redução definida para o DPRF para o ano 2011:

2.550 acidentes / 1.000.000 de veículos da frota nacional

Meta de redução definida para a 7ª SRPRF/PR para o ano 2011:

291,321 acidentes / 1.000.000 de veículos da frota nacional

2.1.1.2.2 Redução das mortes nas rodovias federais

Indicador: Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais - quantidade de mortes nas rodovias federais a cada 1.000.000 de veículos da frota nacional (o índice original do PPA 2008-2011 foi calculado com base em 10.000 veículos da frota nacional, mas, quando este é trazido para o âmbito de apenas uma regional, o índice acaba ficando com valores muito baixos, reduzidos a décimos e centésimos, e, por isso, adotamos a base de 1.000.000 de veículos da frota nacional).

Meta de redução definida para o DPRF para o ano 2011:

135 mortes / 1.000.000 de veículos da frota nacional

Meta de redução definida para a 7ª SRPRF/PR para o ano 2011:

11,313 mortes / 1.000.000 de veículos da frota nacional

2.1.1.2.3 Incremento da sensação de segurança nas rodovias federais

Indicador: Sensação de Segurança nas Rodovias Federais – índice resultante da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras em trânsito nas rodovias federais a partir do levantamento de determinada amostra, mediante pesquisa.

Meta de incremento definida para o DPRF para o ano 2011:

80% de “sensação de segurança”

Meta de incremento definida para a 7ª SRPRF/PR para o ano 2011:

80% de “sensação de segurança”.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico

2.2.2 Análise do plano de ação

Nesse item optou-se por apresentar os objetivos táticos adotados pela 7ª SRPRF/PR para o atingimento dos objetivos institucionais (redução de acidentes e mortes nas rodovias e incremento da sensação de segurança dos usuários de rodovias).

Ainda, foram relacionados os indicadores de desempenho adotados para medir o andamento de cada um deles.

Entretanto, para demonstrar a eficiência e eficácia da 7ª SRPRF/PR, seja na sua atividade-fim, seja na sua atividade-meio, buscou-se trazer diversos outros indicadores de desempenho diferentes. Constam abaixo aqueles que são mais utilizados e melhor representam a atuação do órgão.

Vale citar que em alguns campos aparece o símbolo “---”. Isso significa que o respectivo valor ou não era medido de forma sistematizada no passado ou foi medido de forma diversa no passado da que é medido atualmente, inviabilizando comparações.

Quadro I- Objetivo Tático - Aumentar a Fiscalização e a Visibilidade da Polícia Rodoviária Federal

OBJETIVO TÁTICO	AUMENTAR A FISCALIZAÇÃO E A VISIBILIDADE DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			
INDICADORES DESEMPENHO	PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO			
	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL MÉDIA			
	HORAS EM RONDA E EM ESTACIONAMENTO TÁTICO		EM IMPLANTAÇÃO	
	EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA OPERACIONAIS			
PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO REALIZADOS				
UNIDADE DE MEDIDA: Quantidade de procedimentos de fiscalização realizados (veículos, pessoas, testes de alcoolemia, condutores autuados e detidos).				
ORIGEM DOS DADOS: Relatório Regional de Fiscalização Diária (Anexo H da Portaria nº 30/2009-DG e Instrução de Serviço 04/2011 - CGO)				
	2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
	609.095	990.250	994.407	0,42%
Observação: Cabe salientar que ainda que permanecendo os meios humanos e logísticos do ano 2010, houve um incremento nos procedimentos de fiscalização.				

Quadro II - Objetivo Tático - Combater as Infrações de Trânsito e a Criminalidade

OBJETIVO TÁTICO	COMBATER AS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E A CRIMINALIDADE			
INDICADORES DESEMPENHO	AUTOS DE INFRAÇÃO EXTRAÍDOS			
	VEÍCULOS RECOLHIDOS			
	DOCUMENTOS RETIDOS			
	OCORRÊNCIAS DE CRIME NAS RODOVIAS			
	APREENSÕES REALIZADAS			
	PESSOAS DETIDAS			
AUTOS DE INFRAÇÃO EXTRAÍDOS (CTB + ANTT + PRODUTO PERIGOSO)				
UNIDADE DE MEDIDA: Número de Autos de Infração do CTB, ANTT e de Produtos Perigosos extraídos				
ORIGEM DOS DADOS: Sistema de Protocolo e Sistema de Informações Gerenciais – SIGER				
TIPO DE INFRAÇÃO	2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
EXCESSO DE VELOCIDADE	---	111.289	137.115	23,21%
ULTRAPASSAGEM EM LOCAL/CONDIÇÃO INDEVIDA	---	38.594	43.723	13,29%
NÃO USO DO CINTO DE SEGURANÇA / CADEIRINHA	---	27.584	25.640	-7,05%
USO DE ALCOOL OU SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE	---	4.562	3.355	-26,46% *
CONDUÇÃO INADEQUADA DE MOTOCICLETA OU SIMILAR	---	1.453	1.514	4,20%
NÃO POSSUIR OU NÃO PORTAR DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA	---	15.797	13.199	-16,45%
AVANÇO DE SINAL	---	1.819	2.190	20,40%
PRODUTOS PERIGOSOS	---	3.862	926	-76,02% **
EXCESSO DE PESO	---	2.294	2.885	25,76%
ANTT – TRANSPORTE DE CARGA	---	4.185	4.092	-2,22%
ANTT – TRANSPORTE DE PASSAGEIRO	---	87	89	2,30%
OUTROS	---	101.735	102.614	0,86%
TOTAL	238.896	313.261	337.342	7,69%

Observação:

* A redução de autuações relativo ao uso de bebida alcoólica sofreu redução em razão da repressão intensa que vinha ocorrendo desde 2010, inibindo a presença de condutores alcoolizados nas rodovias federais do Paraná.

** A redução de autuações relativas ao transporte de produtos perigosos, sofreu redução devido a paralisação temporária da referida fiscalização, em razão de ajustes no convênio com a ANTT, a qual detêm o poder fiscalizatório relativo ao tema.

O fator positivo do presente quadro, deve-se que mesmo havendo um incremento na fiscalização, o número de autuações relativo a temas estratégicos sofreu uma redução no número de infratores, o que vem a corroborar com o resultado positivo em relação aos índices de mortes e acidentes nas rodovias federais no Paraná.

Quadro III - Objetivo Tático - Veículos Recolhidos

VEÍCULOS RECOLHIDOS			
UNIDADE DE MEDIDA: Quantidade de veículos recolhidos aos pátios da PRF para regularização			
ORIGEM DOS DADOS: Sistema de Recolhimento e Liberação de Veículos - SILVER			
2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
6.976	9.311	10.301	10,63%
DOCUMENTOS RETIDOS			
UNIDADE DE MEDIDA: Quantidade de documentos retidos ou apreendidos			
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ROD ON-LINE e controle interno da Seção de Policiamento e Fiscalização			
2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
19.907	32.022	23.213	- 27,51%

Quadro IV - Objetivo Tático - Crimes nas Rodovias

CRIMES NAS RODOVIAS			
UNIDADE DE MEDIDA: Quantidade de crimes registrados pela Polícia Rodoviária Federal nas rodovias do Paraná sob sua circunscrição.			
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ROD ON-LINE			
2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
3.483	4.870	5.447	11,84%
PESSOAS DETIDAS			
UNIDADE DE MEDIDA: Quantidade de pessoas detidas			
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ROD ON-LINE			
2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
3.204	4.095	3.513	- 14,21%

Quadro V - Objetivo Tático - Apreensões Realizadas – Entorpecentes

APREENSÕES REALIZADAS – ENTORPECENTES				
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ROD ON-LINE				
TIPO	2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
Maconha (quilograma)	22.437	78.286	21.015	-73,16%
Crack (quilograma)	289	547	1.167	113,27%
Cocaína (quilograma)	219	291	533	83,13%
Haxixe (unidade)	65.104	34.384	45.975	33,71%
Anfetaminas / Barbitúricos (unidade)	2	48	423	781,25%
Lança-perfume (frasco)	419	945	1.681	77,88%
Diversos (quilograma)	2	127	2	-98,78%
<p>Observações: verifica-se no presente quadro que houve uma redução substancial na apreensão de maconha, droga comum a qual é traficada em grandes quantidades, tal fato deve-se a repressão intensa nos corredores de tráfico no Estado, e conseqüentemente houve uma mudança no <i>modus operandi</i> das quadrilhas, o que motivou a PRF ampliar a fiscalização minuciosa, obtendo resultados significativos no combate ao tráfico de drogas pesadas, como crack, cocaína, haxixe e Anfetaminas / Barbitúricos.</p>				

Quadro VI- Objetivo Tático - Apreensões Realizadas – Contrabando/Descaminho

APREENSÕES REALIZADAS – CONTRABANDO/DESCAMINHO				
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ROD ON-LINE				
TIPO	2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
Cigarros (pacote)	901.990	1.487.439	1.728.061	16,18%
CD's / DVD's (unidade)	2.050.069	1.668.806	626.967	-62,43%
Medicamentos (unidade)	336.461	225.192	633.877	181,48%
Eletrônicos (unidade)	134.491	159.693	120.447	-24,58%
Equip. Informática (unidade)	26.040	39.881	167.077	318,94%
Bebida (litro)	24.264	6.962	18.211	161,58%
Outras (unidade)*	2.394.597	159.693	2.096.242	1.212,7%
Obs.: * Brinquedos, roupas, cosméticos, etc.				

Quadro VII - Objetivo Tático - Apreensões Realizadas – Armas

APREENSÕES REALIZADAS – ARMAS				
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ROD ON-LINE				
TIPO	2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
Revólver (unidade)	51	55	54	-1,82%
Pistola (unidade)	49	39	53	35,90%
Espingarda (unidade)	10	14	9	-35,71%
Fuzil (unidade)	0	0	4	0,00%
Arma branca (unidade)	6	8	3	-62,50%
Outras (unidade)	1	6	10	66,67%
TOTAL	117	122	133	9,02%

Quadro VIII - Objetivo Tático - Apreensões Realizadas – Munições

APREENSÕES REALIZADAS – MUNIÇÕES				
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ROD ON-LINE				
TIPO	2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
Calibre 38 (unidade)	1.154	1.276	887	-30,49%
Calibre 9mm (unidade)	788	811	6.305	677,44%
Calibre 22/32 (unidade)	1.118	1.387	1.798	29,63%
Calibre 380 (unidade)	839	349	292	-16,33%
Outras (unidade)	807	307	3.549	1.056,03%
TOTAL	4.706	4.130	12.831	210,68%

Quadro IX - Objetivo Tático - Apreensões Realizadas – Meio-Ambiente

APREENSÕES REALIZADAS – MEIO-AMBIENTE				
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ROD ON-LINE				
TIPO	2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
Madeira (m3)	1.985	452	325	-28,10%
Carvão (m3)	123	183	14	-92,35%
Animais Silvestres (unidade)	29	271	967	256,83%
Outras (unidade)	1.766	10.401	4.591	-55,86%

Quadro X -Objetivo Tático - Recuperações Realizadas

RECUPERAÇÕES REALIZADAS				
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ROD ON-LINE				
TIPO	2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
Veículos recuperados (unidade)	568	580	676	16,55%
Carga recuperada (ocorrência)	38	22	30	36,36%

Quadro XI- Objetivo Tático - Aumentar a Produtividade Individual dos Servidores

OBJETIVO TÁTICO	AUMENTAR A PRODUTIVIDADE INDIVIDUAL DOS SERVIDORES		
INDICADORES DESEMPENHO	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL MÉDIA		
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL MÉDIA - AGENTES			
UNIDADE DE MEDIDA: Média aritmética das Avaliações de Desempenho Individuais dos agentes no período			
ORIGEM DOS DADOS: Sistema ADI			
2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
---	947,26	992,13*	4,73
*Observação: Em virtude de instabilidade do sistema informatizado utilizado para compilação dos dados da avaliação de desempenho individual, o valor corresponde à consolidação dos dados até julho/2011.			

Quadro XII - Objetivo Tático - Equipamentos de Monitoramento e Fiscalização Eletrônica Operacionais

EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA OPERACIONAIS			
UNIDADE DE MEDIDA: Quantidade de equipamentos de monitoramento e fiscalização eletrônica operacionais ao final do período (radares fotográficos e etilômetros)			
ORIGEM DOS DADOS: Controle interno da Seção de Policiamento e Fiscalização			
2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
144	147	147	0 %

Quadro XIII - Objetivo Tático - Reduzir o Tempo de Resposta a Comunicações de Ocorrências

OBJETIVO TÁTICO	REDUZIR O TEMPO DE RESPOSTA A COMUNICAÇÕES DE OCORRÊNCIAS		
INDICADORES DESEMPENHO	TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA A COMUNICAÇÕES DE OCORRÊNCIAS		EM IMPLANTAÇÃO
	PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DE LIGAÇÕES 191		
PERCENTUAL DE LIGAÇÕES 191 ATENDIDAS			
UNIDADE DE MEDIDA: Percentual de ligações 191 encaminhadas para operadores da CIOP que foram atendidas			
ORIGEM DOS DADOS: Relatórios do Sistema VOIP			
2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
---	81,22%	72,75%	-10,43%
Observação: A redução do percentual de ligações atendidas pelos operadores da CIOP ocorreu em razão de que no ano de 2011 houveram diversas situações envolvendo interdições de rodovia (quedas de barreiras, pontes, etc.) o que demandou uma elevação do tempo médio de atendimento por ligação.			

Quadro XIV - Objetivo Tático - Investir em Ações de Conscientização e Educação de Trânsito

OBJETIVO TÁTICO	INVESTIR EM AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO		
INDICADORES DESEMPENHO	AÇÕES DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO		EM IMPLANTAÇÃO
	COMANDOS PREVENTIVOS DE SAÚDE		
COMANDOS PREVENTIVOS DE SAÚDE			
UNIDADE DE MEDIDA: Número de atendimentos realizados durante os Comandos de Saúde Preventivos			
ORIGEM DOS DADOS: Controle interno da Seção de Policiamento e Fiscalização			
2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
---	601	928	54,41%

Quadro XV - Objetivo Tático - Fortalecer a Imagem Institucional da PRF

OBJETIVO TÁTICO	FORTALECER A IMAGEM INSTITUCIONAL DA PRF		
INDICADORES DESEMPENHO	MATÉRIAS PUBLICADAS COM A PARTICIPAÇÃO DO NUCOM		
	MATÉRIAS PUBLICADAS COM PARTICIPAÇÃO DO NUCOM		
UNIDADE DE MEDIDA: Número de matérias relacionadas à PRF publicadas com a participação do Núcleo de Comunicação Social			
ORIGEM DOS DADOS: Controle interno do Núcleo de Comunicação Social			
2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
---	1.002	1.608	60,48%

Quadro XVI - Objetivo Tático - Combater os Desvios Disciplinares

OBJETIVO TÁTICO	COMBATER OS DESVIOS DISCIPLINARES		
INDICADORES DESEMPENHO	COEFICIENTE DE APURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES		
	PENALIDADES DISCIPLINARES APLICADAS		
COEFICIENTE DE APURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS			
UNIDADE DE MEDIDA: Coeficiente medido pela relação entre procedimentos correicionais encerrados e autuados.			
ORIGEM DOS DADOS: Relatório Correicional			
2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
---	201%	163,83%	-18,49%
PENALIDADES DISCIPLINARES APLICADAS			
UNIDADE DE MEDIDA: Número de penalidades disciplinares aplicadas			
ORIGEM DOS DADOS: Relatório Correicional			
2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
---	7	30	328,57%
QUANTIDADE DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES AUTUADOS			
UNIDADE DE MEDIDA: Número de procedimentos correicionais autuados			
ORIGEM DOS DADOS: Relatório Correicional			
2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
60	49	47	-4,08%

Quadro XVII - Objetivo Tático - Melhorar a Aparência e a Infraestrutura das Unidades

OBJETIVO TÁTICO	MELHORAR A APARÊNCIA E A INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES		
INDICADORES DESEMPENHO	ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS		
	ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS		EM IMPLANTAÇÃO
ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS			
UNIDADE DE MEDIDA: Índice de Adequação das Unidades Operacionais			
ORIGEM DOS DADOS: Levantamento junto às Delegacias da 7ª SRPRF/PR			
2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
---	43,16%	44,32	2,68

Quadro XVIII - Objetivo Tático - Utilizar cada vez mais a Inteligência Policial no Planejamento e na Execução Operacional

OBJETIVO TÁTICO	UTILIZAR CADA VEZ MAIS A INTELIGÊNCIA POLICIAL NO PLANEJAMENTO E NA EXECUÇÃO OPERACIONAL		
INDICADORES DESEMPENHO	PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL		
	SERVIÇOS OPERACIONAIS DE INTELIGÊNCIA		
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL			
UNIDADE DE MEDIDA: Documentos de Inteligência Policial produzidos			
ORIGEM DOS DADOS: Controle interno do Núcleo de Inteligência/PR			
2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
---	65	41	-36,92%
SERVIÇOS OPERACIONAIS DE INTELIGÊNCIA			
UNIDADE DE MEDIDA: Serviços operacionais iniciados pelo NUINT/PR no período			
ORIGEM DOS DADOS: Controle interno do Núcleo de Inteligência/PR			
2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
---	46	42	-2,01%

Quadro XIX - Objetivo Tático - Promover a Capacitação dos Servidores

OBJETIVO TÁTICO	PROMOVER A CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES		
INDICADORES DESEMPENHO	PERCENTUAL DE SERVIDORES CAPACITADOS		
	PERCENTUAL DE SERVIDORES CAPACITADOS		
UNIDADE DE MEDIDA: Relação entre a quantidade de servidores que foram capacitados no período frente ao número de servidores da Regional			
ORIGEM DOS DADOS: Controle interno do Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal			
2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
64,51	92,36%	59%	-36,52%

Quadro XX - Objetivo Tático - Reduzir o Absenteísmo entre os Servidores

OBJETIVO TÁTICO	REDUZIR O ABSENTEÍSMO ENTRE OS SERVIDORES		
INDICADORES DESEMPENHO	ÍNDICE DE AFASTAMENTOS MÉDICOS		
	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL (VERSÃO 2)		EM IMPLANTAÇÃO
ÍNDICE DE AFASTAMENTOS MÉDICOS			
UNIDADE DE MEDIDA: Relação entre a quantidade total de dias de licença médica concedidos frente ao número de servidores da Regional			
ORIGEM DOS DADOS: Sistema de Administração de Pessoal – SIAPE			
2009	2010	2011	VARIAÇÃO 2010/2011
---	6,95	5,5	-20,86%

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

As despesas da 7ª SRPRF/PR se distribuíram, no exercício de 2011, em quatorze Ações Orçamentárias, pertencentes a sete Programas diferentes, sendo os três primeiros de gestão direta do DPRF, e os demais de atuação indireta deste órgão, recebendo e executando recursos financeiros mediante convênios ou acordos com os órgãos gestores dos mesmos, quais sejam: Ministério da Educação e Cultura (Programa 1449), Secretaria de Direitos Humanos (Programa 0073), Ministério da Defesa (Programa 0181), Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT / Ministério dos Transportes (Programa 1463) e o próprio Ministério da Justiça (Programa 1453):

Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais

Programa 0750 – Apoio Administrativo

Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Programa 1449 – Estatísticas e Avaliações Educacionais

Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Programa 1463 – Qualidade dos Serviços de Transporte

Programa 0181 – Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão

Programa 0073 – Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes

Dessa forma, a 7ª SRPRF/PR, como uma unidade descentralizada do DPRF, mesmo nas Ações Orçamentárias geridas por esse órgão, tem um papel mais de execução do que propriamente de decisão na aplicação dos recursos financeiros. Portanto, a 7ª SRPRF/PR não possui nenhum Programa ou Ação sob sua responsabilidade direta.

Os Coordenadores das Ações Orçamentárias do DPRF, todos lotados na sede do órgão, em Brasília, adotam estratégias diferentes para aplicação dos recursos financeiros por eles geridos e a 7ª SRPRF/PR, embora sempre apresente demandas e sugestões, fica submetida a essas estratégias.

Nesse ponto podemos citar algumas diferentes estratégias utilizadas pelos Coordenadores das Ações Orçamentárias, para aplicação dos recursos financeiros do DPRF, incluindo aqueles destinados a diárias e passagens aéreas:

- Descentralização proporcional dos recursos financeiros para que cada regional os aplique na forma que mais adequada possível ao objetivo das ações;

- Descentralização dos recursos financeiros conforme as regionais forem apresentando suas demandas e essas forem sendo acatadas para concretude;

- Descentralização dos recursos financeiros para que cada regional simplesmente os execute conforme decisão do Coordenador da Ação Orçamentária, em geral tomada de forma participativa;

- Compras e contratações são efetuadas de forma centralizada, pelo DPRF ou por uma regional selecionada, para todo o país ou para uma determinada região;

- Uma regional realiza um registro de preços e outras regionais aderem a esse registro, conforme suas necessidades ou conforme decisão do Coordenador da Ação Orçamentária, normalmente tomada de forma participativa.

Em geral, a chefia central cada área do DPRF (policimento e fiscalização, administrativa e financeira, corregedoria, tecnologia da informação, comunicação social, inteligência, etc) convoca os representantes da área de cada regional, uma ou duas vezes ao ano,

para juntos discutirem, dentre outros assuntos, a melhor aplicação dos recursos financeiros. Isso tem se tornado um mecanismo eficiente para alocação e destinação de verba, embora ainda não seja uma regra.

Outro ponto que pode-se destacar, com relação à apresentação dos resultados dos Programas e das Ações Orçamentárias, é que, por ser apenas uma regional do DPRF, a análise comparativa entre previsão e execução das metas físicas e financeiras, no âmbito da 7ª SRPRF/PR, fica extremamente prejudicada, se não inviabilizada.

As metas estabelecidas dizem respeito a toda a Ação Orçamentária, que tem âmbito nacional, ficando a regional em executar apenas a parte que lhe cabe e, em geral, há divulgação dos indicadores pertencentes cada descentralizadas, porém, sem possuir conhecimento da aplicação do restante do recurso ou do atingimento das metas nacionais propostas. Em suma, as metas adotadas para as Ações Orçamentárias não são regionais e as poucas iniciativas dos coordenadores em particioná-las por regionais ainda não surtiram o efeito desejado.

Vale ressaltar que os indicadores dos Programas 0663 e 1386, por se tratarem de índices, coeficientes e porcentagens, são passíveis de ser calculados e analisados regionalmente, em especial numa comparação com anos anteriores.

Diante dessas informações, a análise da participação da 7ª SRPRF/PR nos Programas de Governo deve ser feita tendo por base o Relatório de Gestão do DPRF (órgão central), uma vez que esse último traz uma visão mais global de cada Programa e de cada Ação Orçamentária, bem como é elaborado pelos próprios coordenadores, os quais, efetivamente, detêm as informações globais sobre os recursos financeiros e sua aplicação.

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Embora a Unidade Gestora, 7ª SRPRF/PR, tenha executado ações dos Programas de Governo - 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 - Desenvolvimento Institucional da PRF e 0750 – Apoio Administrativo, estes serão objeto a ser declarado no Relatório de Gestão do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Da mesma forma, o demonstrativo de execução dos Programas 1449 – Estatísticas e Avaliações Educacionais, 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, 1463 – Qualidade dos Serviços de Transporte, 0181 – Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão, 0073 – Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, estarão sob atribuição das respectivas Unidades Orçamentárias a que pertencem.

Tal situação deve-se ao fato de que a 7ª SRPRF/PR não consta como Unidade Orçamentária, realizando somente a execução de ações dos referidos programas.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Não aplicável à Unidade Gestora

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

2.3.2.1 Ações sob responsabilidade do DPRF:

A seguinte tabela será utilizada como referencial de ações participadas pela 7ª SRPRF/PR, porém o dados serão consolidados em relatório elaborado pelo Departamento de Polícia Rodovia Federal, possuidor de ações sob sua responsabilidade. Regionalmente não havia estipulação de metas ou quantificadores a serem atingidos.

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	EXECUÇÃO FÍSICA			
						Unidade de Medida	Meta nacional prevista para 2011	Realizado pela 7ª SRPRF/PR em 2011	Meta a ser realizada em 2012
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal	Atividade	4 – Nenhuma Prioridade	Equipamento Mantido	1.500	8	Ação excluída
06 – Segurança Pública	128 - Formação de Recursos Humanos	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2524 Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Atividade	4 – Nenhuma Prioridade	Servidor capacitado	14.950	452	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	183 – Informação e Inteligência	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2720 Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	Atividade	4 – Nenhuma Prioridade	Ação realizada	1	Meta não definida	Ação excluída
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais	Atividade	3 – Outras Prioridades	Procedimento realizado	8.500.000	768.056	5.083.000
06 – Segurança Pública	183 – Informação e Inteligência	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal	Atividade	4 – Nenhuma Prioridade	Operação realizada	320	46	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais	Atividade	4 – Nenhuma Prioridade	Pessoa atendida	10.000	928	Ação excluída
06 – Segurança Pública	131 – Comunicação Social	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	4641 Publicidade de Utilidade Pública	Atividade		Não definida	----	----	----
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	86A1 Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal	Atividade	4 – Nenhuma Prioridade	Multa processada	2.611.111	Sem definição regional	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	452 – Serviços Urbanos	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	8692 Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais	Atividade	4 – Nenhuma Prioridade	Pessoa capacitada	100.000	Sem definição regional	Ação excluída
06 – Segurança Pública	301 – Atenção Básica	0750 - Apoio Administrativo	20CW Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	Atividade	4 – Nenhuma Prioridade	Servidor beneficiado	6.839	Sem definição regional	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	122 – Administração Geral	0750 - Apoio Administrativo	2000 Administração da Unidade	Atividade	4 – Nenhuma Prioridade	----	----	----	----
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária	Atividade	4 – Nenhuma Prioridade	Veículo adquirido	51	28	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	200G Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal	Atividade	3 – Outras Prioridades	Obra realizada	4	0	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	8623 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal	Atividade	4 – Nenhuma Prioridade	Unidade reformada	4	0	Não foi estipulada meta regional
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	8698 Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação	Atividade	4 – Nenhuma Prioridade	Sistema mantido(% de manutenção)	80%	80,00%	Não foi estipulada meta regional

2.3.2.2 - Ações sob responsabilidade de outros órgãos (convênios ou acordos):

As metas elencadas se referem à previsão no PPA, as execuções físicas vienciadas servirão para demonstrar a participação da 7ª SRPRF/PR, sem previsão institucional de metas.

QUADRO A 2.2.1 - AÇÕES FÍSICAS SOB RESPONSABILIDADE DE OUTROS ÓRGÃOS (CONVÊNIOS OU ACORDOS)

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	EXECUÇÃO FÍSICA			
						Unidade de Medida	Meta nacional prevista para 2011	Realizado pela 7ª SRPRF/PR em 2011	Meta a ser realizada em 2012 pela 7ª SRPRF/PR
12 - Educação	362 - Ensino Médio	1449 Estatísticas e Avaliações Educacionais	4017 Exames Nacionais de Habilidades e Competências	Atividade	4 – Ação não prioritária	Desconhecido	Desconhecido	Dados não mensurado	Não foi estipuladas metas à 7ª SRPRF/PR
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento	1453 Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	8855 Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública	Atividade	4 – Ação não prioritária	Projeto apoiado	89	Dados não mensurado	Não foi estipuladas metas à 7ª SRPRF/PR
5 – Defesa Nacional	181 – Policiamento	0181 Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão	20CI Segurança para os V Jogos Mundiais Militares	Atividade	4 – Ação não prioritária	Estrutura d segurança implantada (% de implantação)	44%	Dados não mensurado	Não foi estipuladas metas à 7ª SRPRF/PR
06 – Segurança Pública	422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1453 Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	8857 Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã	Atividade	4 – Ação não prioritária	Pessoa beneficiada	70.800	Dados não mensurado	Não foi estipuladas metas à 7ª SRPRF/PR
26 – Transporte	125 – Normatização e Fiscalização	1463 Qualidade dos Serviços de Transporte	2346 Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros	Atividade	4 – Ação não prioritária	Veículo fiscalizado	354.920	Autuações efetuadas 89	Não foi estipuladas metas à 7ª SRPRF/PR
26 – Transporte	125 – Normatização e Fiscalização	1463 Qualidade dos Serviços de Transporte	2347 Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas	Atividade	4 – Ação não prioritária	Veículo fiscalizado	11.249.047	Autuações efetuadas 4092	Não foi estipuladas metas à 7ª SRPRF/PR
26 – Transporte	125 – Normatização e Fiscalização	1463 Qualidade dos Serviços de Transporte	2348 Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-Estrutura Ferroviária	Atividade	4 – Ação não prioritária	Concessionária fiscalizada	12	Dados não mensurado	Não foi estipuladas metas à 7ª SRPRF/PR
14 – Direitos da Cidadania	243 – Assistência à Criança e Adolescente	0073 Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	8787 Ações Integradas de Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – PAIR	Atividade	4 – Ação não prioritária	Município Atendido	41	Dados não mensurado	Não foi estipuladas metas à 7ª SRPRF/PR

2.3.3 Execução financeira sob responsabilidade do DPRF

2.3.3.1 Ações sob responsabilidade do DPRF:

A execução financeira está a cargo do Departamento, não havendo quantificador a ser atingido como meta pela regional Paraná. A tabela seguinte servirá como um demonstrativo das ações participadas.

QUADRO 2.2.2.1 - AÇÕES FINANCEIRAS SOB RESPONSABILIDADE DO DPRF

Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenador Regional da Ação	EXECUÇÃO FINANCEIRA			
						Meta nacional prevista para 2011	Meta prevista para 2011 para a 7ª SRPRE/PR	Realizado pela 7ª SRPRE/PR em 2011 *	Meta a ser realizada em 2012 pela 7ª SRPRE/PR
181 – Policiamento	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal	Atividade	DIMOT / CGPLAM / DPRF / MJ	Chefia da SPF	RS 9.207.179,00	sem alocação financeira específica	RS 4.320,00	Ação excluída
128 - Formação de Recursos Humanos	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2524 Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Atividade	COEN / CGRH / DPRF / MJ	Chefia do NUCAP	RS 6.500.000,00	sem alocação financeira específica	RS 170.932,49	Não foi estipulada meta regional
183 – Informação e Inteligência	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2720 Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	Atividade	DFE / CGO / DPRF / MJ	Chefia da SPF	RS 1.000,00	sem alocação financeira específica	RS 0,00	Não foi estipulada meta regional
181 – Policiamento	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais	Atividade	DFE / CGO / DPRF / MJ	Chefia da SPF	RS 60.480.000,00	sem alocação financeira específica	RS 5.370.118,45	Não foi estipulada meta regional
183 – Informação e Inteligência	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal	Atividade	COINT / DPRF / MJ	Chefia do NUINT	RS 1.500.000,00	sem alocação financeira específica	RS 54.141,82	Não foi estipulada meta regional
181 – Policiamento	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais	Atividade	DISAS / CGRH / DPRF / MJ	Chefia da SPF	RS 1.230.000,00	sem alocação financeira específica	RS 7.161,66	Ação excluída
131 – Comunicação Social	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	4641 Publicidade de Utilidade Pública	Atividade	ACS / DPRF / MJ	Chefia do NUCOM	RS 250.000,00	sem alocação financeira específica	RS 0,00	Não foi estipulada meta regional
181 – Policiamento	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	86A1 Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal	Atividade	DMP / CGO / DPRF / MJ	Chefia do NMP	RS 47.000.000,00	sem alocação financeira específica	RS 0,00	Não foi estipulada meta regional
452 – Serviços Urbanos	0663 – Segurança pública nas rodovias federais	8692 Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais	Atividade	COEN / CGRH / DPRF / MJ	Chefia do NUCOM	RS 750.000,00	sem alocação financeira específica	RS 3.650,24	Não foi estipulada meta regional
301 – Atenção Básica	0750 - Apoio Administrativo	20CW Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	Atividade	DIPLAN / CGA / DPRF / MJ	Chefia da SRH	RS 1.231.020,00	sem alocação financeira específica	RS 0,00	Não foi estipulada meta regional
122 – Administração Geral	0750 - Apoio Administrativo	2000 Administração da Unidade	Atividade	DIPLAN / CGA / DPRF / MJ	Chefia da SAF	RS 1.137.882.327,00	sem alocação financeira específica	RS 6.232.064,61	Não foi estipulada meta regional
181 – Policiamento	1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária	Atividade	DIPAM / CGPLAM / DPRF / MJ	Chefia da SPF	RS 5.270.000,00	sem alocação financeira específica	RS 0,00	Ação excluída
181 – Policiamento	1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	200G Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal	Atividade	DIPROJ / CGPLAM / DPRF / MJ	Chefia do NUSEG	RS 23.731.321,00	sem alocação financeira específica	RS 816.531,22	Ação excluída
181 – Policiamento	1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	8623 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal	Atividade	DIPROJ / CGPLAM / DPRF / MJ	Chefia do NUSEG	RS 1.400.000,00	sem alocação financeira específica	RS 0,00	Ação excluída
181 – Policiamento	1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	8698 Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação	Atividade	DITEL / CGPLAM / DPRF / MJ	Chefia do NUTEL	RS 29.500.000,00	sem alocação financeira específica	RS 1.267.039,21	Não foi estipulada meta regional

* Valores referentes à liquidação das despesas de cada Ação Orçamentária em 2011, incluindo os valores inscritos em "restos a pagar"

2.3.3.2 Ações sob responsabilidade de outros órgãos (convênios ou acordos):

QUADRO 2.2.2.2 - AÇÕES FINANCEIRAS SOB RESPONSABILIDADE DE OUTROS ÓRGÃOS.

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenador Regional da Ação	EXECUÇÃO FINANCEIRA		
							Meta nacional prevista para 2011	Realizado pela 7ªSRPRF/PR em 2011*	Meta a ser realizada em 2012 pela 7ªSRPRF/PR
12 - Educação	362 - Ensino Médio	1449 Estatísticas e Avaliações Educacionais	4017 Exames Nacionais de Habilidades e Competências	Atividade	MEC	Não existe	Desconhecido	RS 979,08	Não foi estipulada meta regional
06 - Segurança Pública	181 - Policiamento	1453 Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	8855 Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública	Atividade	MJ	Chefia da SPF	RS 108.080.000,00	RS 10.544,14	Não foi estipulada meta regional
5 - Defesa Nacional	181 - Policiamento	0181 Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão	20CI Segurança para os V Jogos Mundiais Militares	Atividade	MD		RS 67.460.000,00	RS 20.910,47	Não foi estipulada meta regional
06 - Segurança Pública	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1453 Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	8857 Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã	Atividade	MJ	Chefia da SPF	RS 156.750.712,00	RS 0,00	Não foi estipulada meta regional
26 - Transporte	125 - Normatização e Fiscalização	1463 Qualidade dos Serviços de Transporte	2346 Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros	Atividade	ANTT / MT	Chefia da SPF	RS 38.031.532,00	RS 49.079,55	Não foi estipulada meta regional
26 - Transporte	125 - Normatização e Fiscalização	1463 Qualidade dos Serviços de Transporte	2347 Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas	Atividade	ANTT / MT	Chefia da SPF	RS 8.285.642,00	RS 0,00	Não foi estipulada meta regional
26 - Transporte	125 - Normatização e Fiscalização	1463 Qualidade dos Serviços de Transporte	2348 Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-Estrutura Ferroviária	Atividade	ANTT / MT	Chefia da SPF	RS 15.292.555,00	RS 0,00	Não foi estipulada meta regional
14 - Direitos da Cidadania	243 - Assistência à Criança e Adolescente	0073 Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	8787 Ações Integradas de Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - PAIR	Atividade	Sec DH	Chefia da SPF	RS 4.115.000,00	RS 21.126,83	Não foi estipulada meta regional

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UO
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	30107	200109

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	200109	30107 06 122 0750 2000	14.151,30	0,00	0,00
		200109	30107 09 272 0089 0181	10.544,14	0,00	0,00
		200109	20121 14 243 0073 8787	0,00	0,00	21.587,27
		200109	26290 12 362 1449 4017	0,00	0,00	979,08
		200109	30107 06 122 0750 2000	0,00	0,00	5.889.864,11
		200109	30107 06 128 0663 2524	0,00	0,00	170.932,49
		200109	30107 06 181 0663 2B11	0,00	0,00	4.320,00
		200109	30107 06 181 0663 2723	0,00	0,00	4.783.595,10
		200109	30107 06 181 0663 4290	0,00	0,00	4.332,66
		200109	30107 06 181 1386 8698	0,00	0,00	976.298,41
		200109	30107 06 183 0663 2816	0,00	0,00	54.141,82
		200109	30107 06 452 0663 8692	0,00	0,00	3.650,24
		200109	39250 26 125 1463 2346	0,00	0,00	49.079,55
		200109	52101 05 811 0181 20CI	0,00	0,00	20.910,47
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	-	-	0,00	0,00	0,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	200109	30107 06 122 0750 2000	536.604,20	0,00	0,00
		200109	30107 06 181 0663 2723	586.523,35	0,00	0,00
		200109	30107 06 181 0663 4290	2.829,00	0,00	0,00
		200109	30107 06 181 1386 200G	816.531,22	0,00	0,00
200109	30107 06 181 1386 8698	290.740,80	0,00	0,00		
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	-	-	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

Análise crítica

Os recursos orçamentários recebidos no decorrer do exercício de 2011 foram executados, dentro das limitações impostas, na sua integralidade. A exceção ficou por conta de recurso orçamentário recebido para os quais não havia limite de empenho para finalizar as aquisições, e aqueles saldos de recursos recebidos cujas demandas foram atendidas e o saldo remanescente e desnecessário devolvido a UO. Cabe ressaltar que o fato de saldos significativos terem sido recebidos no encerramento do exercício findo, fez com que valores significativos fossem inscritos em restos a pagar, tendo implicações financeiras no exercício seguinte. Constata-se ainda que a descentralização de recursos orçamentários durante o ano de 2011 foi suficiente para cobrir toda a necessidade de prestação de serviços referentes aos contratos continuados da 7ª SRPRF/PR, diferentemente do que ocorreu ao final do exercício de 2010.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesas

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.

A seguir será evidenciada a execução de créditos recebidos pela UJ por movimentação e apresentados os dados relativos às Despesas por Modalidade de Contratação

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	6.921.441,57	17.247.604,31	6.634.515,15	17.123.919,31
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	8.478.603,47	0,00	8.478.603,47
Pregão	6.921.441,57	8.769.000,84	6.634.515,15	8.645.315,84
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	1.638.505,54	1.770.274,63	1.545.135,10	1.770.274,63
Dispensa *	1.300.474,00	1.402.039,93	1.207.103,56	1.402.039,93
Inexigibilidade **	338.031,54	368.234,70	338.031,54	368.234,70
Regime de Execução Especial	4.056,69	9.923,59	4.056,69	9.923,59
Suprimento de Fundos	4.056,69	9.923,59	4.056,69	9.923,59
Pagamento de Pessoal	1.113.232,46	930.988,57	1.113.232,46	930.988,57
Pagamento em Folha	24.695,44	37.440,46	24.695,44	37.440,46
Diárias	1.088.537,02	893.548,11	1.088.537,02	893.548,11
Outros	212.337,46	101.402,44	211.234,63	101.402,44
Obs. : * - Valores, em sua maior parte, referentes ao contrato de locação de imóvel SEDE da 7ª SRPRF/PR e fornecimento de energia elétrica COPEL;				
** - Valores, em sua maior parte, referentes aos contratos de prestação de serviços : EBC ; INFRAERO e CORREIOS.				

Fonte: SIAFI – Seção Administrativa e Financeira 7ª SRPRF/PR

2.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	24.695,44	37.440,46	24.695,44	37.440,46	0,00	0,00	24.695,44	37.440,46
1º elemento de despesa	24.695,44	37.440,46	24.695,44	37.440,46	0,00	0,00	24.695,44	37.440,46
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	11.979.230,76	8.495.833,72	9.793.459,08	8.424.784,17	2.185.771,68	11.360,46	9.412.059,39	8.424.784,17
1º elemento de despesa	2.916.341,55	2.510.290,86	2.529.099,19	2.464.770,67	387.242,36	11.360,46	2.383.683,33	2.464.770,67
2º elemento de despesa	3.746.535,50	2.494.885,81	2.485.443,83	2.479.841,16	1.261.091,67	0,00	2.300.840,56	2.479.841,16
3º elemento de despesa	2.941.835,80	2.274.086,68	2.440.213,43	2.264.374,10	501.622,37	0,00	2.389.935,70	2.264.374,10
Demais elementos do grupo	2.374.517,91	1.216.570,37	2.338.702,63	1.215.798,24	35.815,28	0,00	2.337.599,80	1.215.798,24

Fonte: SIAFI

2.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Investimentos	2.024.673,57	13.325.956,54	71.419,20	11.597.968,91	1.953.254,37	1.727.987,63	71.419,20	11.474.283,91
1º elemento de despesa	816.531,22	10.073.512,58	0,00	8.478.603,47	816.531,22	1.594.909,11	0,00	8.478.603,47
2º elemento de despesa	1.208.142,35	2.825.956,54	71.419,20	2.825.956,54	1.136.723,15	0,00	71.419,20	2.702.271,54
3º elemento de despesa	0,00	426.487,42	0,00	293.408,90	0,00	133.078,52	0,00	293.408,90
Demais elementos do grupo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Análise crítica

Alterações significativas ocorridas no exercício:

Verifica-se que houve uma diferença significativa nas despesas liquidadas, sendo um valor bem maior referente ao exercício de 2010 em comparação com 2011. Tal desproporcionalidade deve-se ao fato de que foi descentralizado o recurso para a obra de construção da sede da 7ª SRPRF/PR no mês de dezembro de 2010, e a execução deste aconteceu em grande parte durante o exercício de 2011. Percebe-se ainda que houve um aumento significativo no gasto com diárias, em razão das frequentes atividades de policiamento na região de fronteira do estado do Paraná. Outro ponto a ser observado é o aumento significativo das despesas empenhadas em 2011 em comparação com 2010, tal aumento deveu-se basicamente ao fato de em 2010 não ter sido atendida na sua totalidade a demanda orçamentária da regional, principalmente em se tratando de contratos continuados, ao passo que em 2011 o total da demanda foi atendido.

Contingenciamento no exercício:

Houve contingenciamento tanto orçamentário quanto financeiro, gerando dificuldades no gerenciamento principalmente dos contratos em vigor, muitos dos quais tiveram atraso na sua execução orçamentária e financeira. Ainda que a demanda por orçamento foi atendida na sua totalidade no que se refere aos contratos continuados, diferentemente do que aconteceu ao final do exercício de 2010, muitas despesas foram inscritas em Restos a Pagar Processados, tendo em vista o contingenciamento de recursos financeiros, ocorrido inclusive ao final do exercício de 2011.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Dentre as situações de caráter negativo que afetaram a execução orçamentária e financeira da 7ª SRPRF/PR, pode-se citar o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros ocorridos no exercício de 2011, que, ainda que menos impactante do que o ocorrido em 2010, trouxe transtornos para a Administração, pois além de inconveniente e desagradável para os gestores, cria uma imagem extremamente desfavorável da instituição e até mesmo da Administração Pública perante os fornecedores e conseqüentemente perante a sociedade em geral. Além disso, os rotineiros atrasos na quitação das obrigações da Administração com os seus fornecedores, muitas vezes afasta os bons fornecedores de prestação de serviços, uma vez que não recebem a sua contrapartida (pagamentos) no momento tempestivo, e outras tantas vezes geram a cobrança de multas e juros pelas contratadas.

Referente aos eventos positivos ocorridos no exercício, destaca-se o atendimento das demandas regionais pertinentes aos contratos continuados, observando-se um avanço frente a 2010. Da mesma forma, muitas outras demandas puderam ser atendidas em razão das disponibilidades orçamentárias ocorridas no mês de dezembro/2011, especialmente referentes à Ação 2723 – Policiamento nas Rodovias Federais.

2.7 Indicadores Institucionais

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal possui (03) três indicadores institucionais previstos no Plano Plurianual – PPA, e como dentro da organização administrativa há Unidades Desconcentradas distribuídas pela federação, os índices são segmentados para medição regional. Ao final do exercício, tais indicadores são agrupados para refletir o patamar alcançado nacionalmente.

Os indicadores aqui referenciados são utilizados para medir o desempenho da Polícia Rodoviária Federal no exercício de suas atribuições constitucionais. Para alcançar tais propósitos, foram criados indicadores de desempenho, mesmo em caráter não terminativos, em nível regional, conforme expostos no item 2.2.2.

Dessa forma, os índices institucionais alcançados pela regional estão refletidos a seguir:

2.7.1 Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais (Paraná)

Os dados a seguir evidenciarão a situação prevista e executada desde o ano de 2008 ao presente exercício.

Quadro - XXI-Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais (Paraná)

PERÍODO	QTD. ACIDENTES PARANÁ *	FROTA VEÍCULOS BRASIL **	ACIDENTES PARANÁ / 1.000.000 VEÍCULOS BRASIL	META DE REDUÇÃO (7ªSRPRF/PR)	PERCENTUAL DA META ALCANÇADO
2008	9.539	54.506.661	175,01	168,63	96,36%
2009	15.297	59.361.642	257,69	165,62	64,27%
2010	20.457	64.817.974	315,61	298,93	94,72%
2011	21.679	70.543.535	307,31	291,32	94,80%
2012	---	---	---	291,32	---%

* Fonte: Relatório Operacional Diário – ROD

** Fonte: DENATRAN – Quantitativo da frota nacional de veículos ao final do ano

Analisando-se o quadro acima, nota-se que em 2008 a 7ª SRPRF/PR esteve muito próxima de atingir a meta de redução de acidentes proposta.

Já em 2009, a meta definida se tornou inadequada com a realidade, haja vista que no mês de maio deste ano houve a retomada das rodovias que se encontravam sob fiscalização da Polícia Militar do Estado, aumentando a circunscrição da regional de 1.183,8 Km para 3.497,6 Km, 195% a mais.

Para o ano de 2010 a meta foi recalculada frente à nova circunscrição da 7ª SRPRF/PR, e esta mais uma vez esteve bem próxima de atingir esta meta. Há que se considerar que no final do ano de 2010 foram acrescidos à circunscrição da Regional mais 540Km de rodovias federais, os quais não foram contabilizados na meta para 2011, pois o DPRF já havia definido a meta para a Regional.

Importante observar que apesar da frota nacional ter aumentado significativamente do ano de 2010 para 2011, a meta atingida foi superior ao exercício 2010.

Os principais dificultadores que têm impedido a 7ª SRPRF/PR de atingir seus objetivos de redução de acidentes são:

-O efetivo muito aquém da necessidade, principalmente depois da assunção de mais 2.859 Km de rodovias federais, refletindo em exercícios seguintes, e sem o acréscimo proporcional no quadro de pessoal. Esta defasagem fica evidenciada comparando-se a relação de quilômetros por servidor. Em maio de 2009 havia uma proporção de 2,2 Km/policial, já em dezembro de 2011, esta proporção passou a ser de 5,3 Km/policial, apresentando um acréscimo de 150%.

-A situação precária de trechos rodoviários em relação à sua estrutura e conservação;

-Carência de recursos tecnológicos para fiscalização e controle, principalmente dos trechos urbanos, os quais são responsáveis por elevado número de acidentes e vítimas.

2.7.2 Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais (Paraná)

O quadro a seguir exporá os índices desde o ano de 2008 até o exercício em questão.

Quadro - XXII-Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais (Paraná)

PERÍODO	QTD. MORTES PARANÁ *	FROTA VEÍCULOS BRASIL **	MORTES PARANÁ / 1.000.000 VEÍCULOS BRASIL	META DE REDUÇÃO (7ªSRPRF/PR)	PERCENTUAL DA META ALCANÇADO
2008	289	54.506.661	5,30	5,79	109,20%
2009	533	59.361.642	8,98	5,55	61,81%
2010	704	64.817.974	10,86	13,49	124,20%
2011	737	70.543.535	10,45	11,31	108,26%
2012	---	---	---	11,31	---%

* Fonte: Relatório Operacional Diário – ROD

** Fonte: DENATRAN – Quantitativo da frota nacional de veículos ao final do ano

Com relação à redução da taxa de mortalidade, a 7ª SRPRF/PR tem sido bem sucedida no atingimento de suas metas.

Isso demonstra que a letalidade dos acidentes está sendo controlada com ações pontuais e inteligentes, principalmente através do foco no combate às causas mais comuns de acidentes graves e mortes: ultrapassagem em local proibido, excesso de velocidade, embriaguez ao volante, fiscalização intensa de motocicletas, gestões junto aos demais órgãos afetos ao trânsito para melhorias na via (instalações de passarelas, melhorias na sinalização, correção de engenharia de tráfego etc).

2.7.3 Sensação de Segurança nas Rodovias Federais (Paraná)

O indicador não foi medido por falta de recursos financeiros para execução da pesquisa.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

Não houve ocorrências no período.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve ocorrências no período.

QUADRO A.3.1 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1.1 Análise Crítica

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

O quadro a seguir ilustra as despesas inscritas em restos a pagar por exercício financeiro, com os respectivos valores pagos, cancelados ou a pagar.

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	129.043,13	0,00	129.043,13	0,00
2009	136.186,75	572,15	135.614,60	0,00
2008	558,99	0,00	558,99	0,00
2007	99.119,99	0,00	99.119,99	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	12.839.692,69	59.689,09	10.916.970,51	1.863.033,09
2009	2.535.917,97	122.357,61	2.413.560,36	0,00
2008	3.068.406,26	146.423,90	2.921.982,36	0,00
2007	1.986.564,52	42.861,65	1.943.702,87	0,00

Observações:

Fonte: SIAFI

4.2 Análise Crítica

Como pode ser observado no quadro anterior, um valor significativo do orçamento executado por esta UJ foi inscrito em restos a pagar nos anos de 2008 a 2010, devido principalmente à execução orçamentária acima da média na iminência do encerramento do exercício. Entretanto, cabe ressaltar, que a UJ executou as despesas conforme descentralização da unidade orçamentária.

A existência dos valores reinscritos deve-se ao fato de os fornecedores não terem apresentado as notas fiscais fatura tempestivamente, como é o caso dos empenhos referentes a serviços de telecomunicações, e também ao fato de atrasos no cronograma de execução da obra de construção da sede desta superintendência regional, ocasionando a reinscrição de saldos em restos a pagar.

Há eventos positivos e negativos nos processos de inscrição de despesas em restos a pagar. Como evento negativo pode-se citar o volume de contratações e o conseqüente número de empresas que não cumprem as obrigações firmadas, cujas situações são apuradas em processos próprios e acabam gerando transtornos para a administração. O fator positivo é a possibilidade de estar licitando num determinado período do ano e pela peculiaridade do material ou do serviço conseguir recebê-los no exercício seguinte, não deixando assim, de ser adquirido o bem ou contratado o serviço pela Administração.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.1 FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	764	-	6
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	764	-	6
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	764	-	6
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	-	764	-	6

Fonte: Núcleo de Apoio de Pessoal (Nuap) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF/PR

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	2
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	29
3.1. De ofício, no interesse da Administração	13
3.2. A pedido, a critério da Administração	15
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	31

Fonte: Núcleo de Apoio de Pessoal (Nuap) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF/PR

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.3 - DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	-	1	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	1	1	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	1	-	1
2. Funções gratificadas	-	32	20	20
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	32	20	20
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	-	33	21	21

Fonte: Núcleo de Apoio de Pessoal (Nuap) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF/PR

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

QUADRO A.5.4 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	138	306	225	55	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	1	-
2.3. Funções gratificadas	2	16	11	3	-
3. Totais (1+2)	140	322	236	59	7

Fonte: Núcleo de Apoio de Pessoal (Nuap) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF/PR

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO A.5.5 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO EM 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	3	372	352	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	1	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	12	20	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	3	384	373	-	-	-

Fonte: Núcleo de Apoio de Pessoal (Nuap) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF/PR

LEGENDA

Nível de Escolaridade

- 1 - Analfabeto;
- 2 - Alfabetizado sem cursos regulares;
- 3 - Primeiro grau incompleto;
- 4 - Primeiro grau;

- 5 - Segundo grau ou técnico;
- 6 - Superior;
- 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação;
- 8 – Mestrado;
- 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência;
- 10 - Não Classificada.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	-	-
1.1 Voluntária	255	9
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	9	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	2	-
2.3 Invalidez Permanente	2	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	268	9

Fonte: Núcleo de Apoio de Pessoal (Nuap) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF/PR

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	54	1
1.1. Integral	54	1
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	29	3
3. Total (1+2)	83	4

Fonte: Núcleo de Apoio de Pessoal (Nuap) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF/PR

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	8	8	8	7	R\$ 57.407,97
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	8	8	8	7	R\$ 57.407,97
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	8	8	8	7	R\$ 57.407,97

Fonte: Núcleo de Apoio de Pessoal (Nuap) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF/PR

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Venci- mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	R\$ 83.714.900,65	R\$ 10.486,36	R\$ 6.214.160,62	R\$ 1.959.134,93	R\$ 4.013.232,38	R\$ 1.998.037,26	R\$ 25.659,24	-	R\$ 136.523,36	R\$ 98.072.134,80
	2010	R\$ 72.466.673,45	R\$ 10.689,36	R\$ 6.486.361,43	R\$ 2.177.993,46	R\$ 3.904.751,67	R\$ 745.872,04	R\$ 11.604,14	-	-	R\$ 79.306.894,76
	2009	R\$ 57.423.304,06	R\$ 10.689,36	R\$ 5.609.732,09	R\$ 1.768.934,90	R\$ 2.103.713,09	R\$ 215.321,11	R\$ 10.877,97	-	-	R\$ 67.131.694,61
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	R\$ 36.971,39	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 36.971,39
	2010	R\$ 48.504,72	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 48.504,72
	2009	R\$ 43.277,06	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 43.277,06
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	R\$ 110.189,28	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 110.189,28
	2010	R\$ 110.189,28	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 110.189,28
	2009	R\$ 110.189,28	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 110.189,28

Fonte: Núcleo de Apoio de Pessoal (Nuap) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF/PR

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.9 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.10 - RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

QUADRO A.5.11 - AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Projeto para apreciação e aprovação está sendo acompanhado/efetivado pelo Órgão Central - Departamento de Polícia Rodoviária Federal junto ao MPOG.

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

UNIDADE CONTRATANTE													
Nome: 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL													
UG/Gestão: 200118/00001							CNPJ: 00.394.494/0113-32						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	22/2010	09.039.434/0001-70	27/05/10	26/05/12	22	22	0	0	0	0	P
2010	L	O	32/2010	07.990.946/0001-91	27/08/10	26/08/12	60	60	0	0	0	0	P
Observação:													
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

UNIDADE CONTRATANTE													
Nome: 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL													
UG/Gestão: 200118/00001								CNPJ:00.394.494/0113-32					
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	30/2010	09.431.870/0001-90	20/09/10	19/09/12	0	0	6	6	0	0	P
2010	1	O	34/2010	04.624.017/0001-70	24/09/10	23/09/12	0	0	33	33	0	0	P
2010	3	O	33/2010	05.924.588/0001-93	16/09/10	15/09/11	2	2	0	0	0	0	E
2010	1	O	33/2010	05.924.588/0001-93	16/09/10	15/09/11	0	0	4	4	0	0	E
2011	3	O	10/2011	09.688.809/0001-22	19/09/11	18/09/12	2	2	0	0	0	0	A
2011	1	O	10/2011	09.688.809/0001-22	19/09/11	18/09/12	0	0	4	4	0	0	A
2010	1	O	08/2010	73.281.404/0001-74	17/02/10	16/02/11	0	0	15	15	0	0	E
2011	1	O	02/2011	08.594.305/0001-80	17/02/11	10/10/11	0	0	15	15	0	0	E
2011	1	O	11/2011	73.281.404/0001-74	08/11/11	07/11/12	0	0	15	15	0	0	A
2008	6	O	10/2008	76.610.591/0001-80	24/09/08	24/09/12	0	0	9	9	0	0	P
Observação:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 14. Outras 													

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
--

Fonte: Seção Administrativa Financeira – SAF – 7ª SRPRF/PR

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A 7ª SRPRF/PR criou indicadores de desempenho para todas as áreas da Regional. No que tange a de Recursos Humanos, onze indicadores são sistematicamente medidos, apresentando medidas, dados e detalhamentos sobre os seguintes assuntos:

- Quantitativo de servidores e pensionistas;
- Variação quantitativa no efetivo;
- Servidores que passaram por entrevista de direcionamento;
- Percentual de servidores capacitados;
- Índice de variação de processos de benefícios;
- Coefficiente de erros nos lançamentos em folha de pagamento;
- Acerto de pagamento de exercícios anteriores;
- Percentual de atendimentos do Prosserv (Projeto de apoio psicossocial ao servidor);
- Índice de afastamentos médicos;
- Servidores atendidos por perícia ou junta médica; e
- Pessoas beneficiadas por ações de educação de trânsito.

Os indicadores abarcam avaliações de todos os núcleos subordinados à Seção de Recursos Humanos, e servem para orientar previsões e metas para o próximo exercício, além de fornecer um parâmetro inicial de desempenho.

O parâmetro para distribuição de efetivo da 7ª SRPRF/PR leva em conta o efetivo atual de todas as Unidades da Regional, bem como o efetivo ideal para estas, em que tem-se o índice com os dados percentuais de policiais lotados. O objetivo então é distribuir o efetivo tecnicamente, procurando equilibrar a força de trabalho.

Esta política para distribuição de efetivo já vem sendo realizada por esta Regional, em que houve uma diminuição do número de policiais trabalhando administrativamente e lotação de policiais nos locais com maior carência na área fim.

A distribuição de policiais para atividade-meio depende do acréscimo de policiais para atividade-fim, otimizando assim a utilização de policiais na área administrativa, fazendo com que o aumento ocorra quando realmente há necessidade, e assim não haja “inchaço” de servidores na área administrativa, bem como também haja um número de servidores que possa atender a demanda.

Quando se faz menção à servidores na área administrativa para atender a demanda é no sentido de que a atividade-meio possa prover os recursos necessários para a área operacional, atender os mais diversos pedidos e consolidar de forma eficaz, eficiente e efetiva todo o trabalho desenvolvido na área operacional.

O quadro a seguir reflete a situação de efetivo vivenciada no fechamento do exercício:

Quadro XXIII- Relação atividades e efetivo

Descrição	2010		2011	
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção
Servidores envolvidos em ações finalísticas da unidade	587	80,19%	618	82,84%
Servidores envolvidos em ações de suporte da unidade	145 ¹	19,81%	130 ¹	17,43%
Total Geral	732	100,00%	746	100,00%

1- Destes 130 policiais estão incluídos 28 cargos de chefia da Regional.

Tendo em vista que o foco do direcionamento dos servidores policiais é para a atividade finalística do órgão, a proporção de policiais em ações de suporte deve ser mantida em índices inferiores a 18%. Nesse sentido, ao compararmos os dois últimos Exercícios, nota-se que a Administração diminuiu o número de policiais na área de suporte, e destinou todo acréscimo de efetivo para a atividade-fim. Para progredir o avanço alcançado, sem prejuízo dos serviços de apoio desempenhados, justifica-se o aumento do efetivo policial no Estado. Outras alternativas seriam: a realização de concurso público visando dotar a área de suporte com servidores administrativos com capacidade profissional voltada para os desafios da função, em substituição aos policiais; e a contratação de funcionários terceirizados, a fim de potencializar os serviços desempenhados pelos servidores da área.

Com a retomada de rodovias federais que estavam sob fiscalização da PM/PR, em virtude de determinação judicial, a 7ª SRPRF/PR teve um acréscimo de trecho de fiscalização a partir de 20/05/2009.

A defasagem de efetivo é muito grande, a situação atual é crítica, principalmente em decorrência do trecho retomado. Com o passar do tempo acaba ficando mais defasado o quantitativo necessário de efetivo para a Regional, em decorrência de aposentadorias, remoções e afastamentos de servidores.

A 7ª SRPRF/PR apresenta um quadro em que todas as Delegacias estão com uma grande defasagem de efetivo, a área administrativa também apresenta sobrecarga de trabalho, pois teve acréscimo de demandas, principalmente com a retomada de rodovias federais, e diminuição de servidores, que foram deslocados para a área fim.

A distribuição de policiais na 7ª SRPRF/PR, sejam eles removidos de outras regionais ou lotados por ocasião de concurso, obedece critérios técnicos conforme o levantamento de necessidades realizado, procurando assim distribuir o efetivo de forma equilibrada, em que os dados percentuais de lotação tenham índices semelhantes.

Desta forma, a distribuição de efetivo não trará prejuízo nem privilégio a nenhuma Delegacia, pois contemplará a real necessidade de cada uma delas.

Considerando a retomada do concurso público iniciado em 2009, para o preenchimento de um total de 750 vagas para o cargo de Policial Rodoviário Federal em âmbito nacional, têm-se a expectativa de que ainda este ano ocorra nomeação de policiais rodoviários federais deste concurso. A situação não resolverá o problema de efetivo, mas certamente dará uma grande contribuição para minimizar o quadro de carência atual.

A situação de escassez de efetivo é seriamente agravada pela ocorrência de afastamentos médicos. De acordo com o índice que mede especificamente esse assunto, foram concedidos 16.335 dias de licença médica em 2011.

De acordo com o indicador de atendimento do Prosserv, 311 servidores realizaram exames periódicos, 70 foram atendidos no Patrulha Saúde, e houveram 438 doses de vacinas aplicadas.

Com referência ao Plano de Capacitação, o indicador de percentual de servidores capacitados apresenta que durante o ano de 2011, 322 servidores passaram por alguma instrução. Foram ofertadas 828 vagas de capacitação. As maiores dificuldades que impõe limites as ações de capacitação são a restrição orçamentária e a deficiência de efetivo.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

QUADRO A.6.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

QUADRO A.6.2 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

QUADRO A.6.3 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

QUADRO A.6.4 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE

6.3 Análise Crítica

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

<p>DECLARAÇÃO</p> <p>Eu, ANDIA NARA GUIRAUD, CPF nº 857 534 169 34, Chefe da Seção Administrativa e Financeira, exercido na 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p style="text-align: right;">Brasília, 01 de março de 2012.</p> <p style="text-align: center;">ANDIA NARA GUIRAUD 857 534 169 34 Chefe da Seção Administrativa e Financeira /7ª SRPRF/PR</p>

7.2 Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

A seguir consta declaração relativa à inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV, conforme parâmetros estabelecidos na DN 108/2010 – ANEXO II, emitida pela área responsável.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
7ª Superintendência – Seção Administrativa e Financeira

DECLARAÇÃO
DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 108/10 - ANEXO II – PARTE A - ITEM 7

Eu, ANDIA NARA GUIRAUD, CPF 857.534.169-34, Chefe da Seção Administrativa e Financeira, cargo exercido na 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Com exceção do contrato administrativo n.º 08/2011 por limitações técnicas no sistema SIASG, sendo adotado como medida corretiva sua publicação no DOU por meio do INcom - site da Imprensa Nacional e dos convênios/termos e acordos de cooperação mútua que **não envolvem repasse financeiro**, uma vez que o SIASG/SICONV não possibilita a inclusão deste tipo de convênio e suas publicações são realizadas por meio do INcom -site da Imprensa Nacional.

Curitiba/PR, 01 de março de 2012


ANDIA NARA GUIRAUD
Chefe da Seção Administrativa e Financeira
CPF 857.534.169-34

Observação: A declaração original encontra-se nos autos do Processo nº 08659.003394/2012-77, referente ao Relatório de Gestão 2011 da 7ª SRPRF/PR.

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: Núcleo de Apoio de Pessoal (Nuap) da Seção de Recursos Humanos da 7ª SRPRF/PR

8.2 Análise Crítica

Todos os servidores da 7ª SRPRF/PR apresentam regularmente suas declarações de rendas e bens, nos moldes da Lei nº 8.730, de 10 de novembro 1993.

Uma das formas adotadas pela 7ª SRPRF/PR para atendimento dessa obrigação legal de forma prática e contínua é a possibilidade de o servidor autorizar expressamente a Administração a acessar seu cadastro na base de dados da Receita Federal do Brasil.

Sendo que nesta UG não há servidores com cargos eletivos, funções comissionadas sem vínculo com o órgão, restando prejudicada a inserção de dados na planilha acima.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X

25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					X
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					X
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X

Considerações Gerais:

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Conforme preenchimento da tabela de “Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis” seguem as respostas às questões suscitadas:

Item 1 - Contratação de obras e reformas com destinação de materiais reciclados, aquisições de produtos com embalagens sustentáveis. Contratação de empresas com licenciamento ambiental para destinação de resíduos da construção civil e contratação de manutenção de viaturas com empresas que atendem a legislação vigente para descarte de materiais como pneus, lubrificantes, inflamáveis e etc

Itens 4 - Há a aquisição de papel A4 reciclado e/ou papel branco de fontes sustentáveis e o incentivo ao uso de papel reciclado, bem como a separação dos materiais reciclados para cooperativas, incentivo a impressão frente e verso, assim como a aquisição de sabonete líquido biodegradável e contratação de serviços de limpeza e conservação das unidades com o fornecimento de materiais de limpeza biodegradáveis. Certificados exigidos no Pregão eletrônico n° 02/2011 (papel A 4) e Pregão eletrônico n° 18/2011 e 31/2010 (material de higiene): FSC e CERFLOR.

Item 5 - A unidade, nos últimos anos, vem buscando adquirir produtos que reduzam o consumo de água e energia, como luminárias reletivas de alta eficiência e rendimento, torneiras automáticas e caixas acopladas e aquisição de aparelhos de ar condicionado com selo PROCEL categoria A e B.

Item 6 - Nos últimos exercícios, a unidade tem adquirido 40% do papel utilizado do tipo reciclado.

Item 7 - A Instituição tem buscasdo adquirir veículos flex e menos poluentes, exceto os veículos a diesel por não existir no mercado veículo com combustível flex.

Item 8 - A unidade sempre prefere a aquisição de produtos que possam ser reciclados, exceto quando não há competitividade no mercado.

Item 11 - A unidade tem o plano de gerenciamento de resíduos sólidos implantado, com a utilização de sacos e lixeiras coloridas, onde se tem cooperativas de catadores que coletam os resíduos recicláveis, conforme determinação do decreto 5.940/2006.

Item 12 - A unidade vem desenvolvendo ações para redução do consumo de água e energia, como envio de email´s e reuniões alertando sobre a necessidde de reduzir o desperdício.

11. GESTÃO DOS PATRIMÔNIOS IMOBILIÁRIOS

11.1 Gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

QUADRO A.11.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	PARANÁ	6	6
	Curitiba	2	2
	Colombo	1	1
	Guarapuava	1	1
	Cascavel	1	1
	Foz do Iguaçu	1	1
SUBTOTAL BRASIL		6	6
EXTERIOR	A 7ª SRPRF/PR não possui imóveis no exterior		
SUBTOTAL EXTERIOR		0	0
TOTAL (BRASIL + EXTERIOR)		6	6

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

11.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União

QUADRO A.11.2 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	PARANÁ	3	3
	Curitiba	2	2
	Pato Branco	1	1
SUBTOTAL BRASIL		3	3
EXTERIOR	A 7ª SRPRF/PR não loca imóveis no exterior		
SUBTOTAL EXTERIOR		0	0
TOTAL (BRASIL + EXTERIOR)		3	3

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

11.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ

QUADRO A.11.3 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200118	7493.00058.500-2	21	3	277.492,45	Não houve	---		
200118	7513.00019.500-8	21	3	3.475.712,62	Não houve	---		
200118	7535.00243.500-7	21	3	2.546.765,00	Não houve	---		
200118	7535.00300.500-6	21	3	1.000.987,17	Não houve	---		
200118	7563.00804.500-1	21	3	101.414,84	Não houve	---		
200118	7583.00039.500-8	21	3	208.775,57	Não houve	---		
TOTAL								

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	10				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	10%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X			
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Legenda de Nível

(1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR
Valores em R\$ 1,00

Código da UG: 200118		Limite de Utilização da UG: 7.000,00			
Portador	CPF	Limite individual	Valor (R\$)		Total
			Saque	Fatura	
PETY CONCEIÇÃO ARAÚJO	402.092.709-00	1.000,00	0,00	747,70	747,70
CARLA CRISTINA FILUS	496.544.389-68	2.000,00	20,55	1.569,42	1.589,97
GIOVANNI BRUEL MAURER	762.403.209-00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
SIMONE DA SILVA GAUDÊNCIO	927.247.959-20	2.000,00	160,00	1.559,02	1.719,02
Total utilizado pela UG			180,55	3.876,14	4.056,69
Total utilizado pela UJ			180,55	3.876,14	4.056,69

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade

QUADRO A.13.2 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)
Valores em R\$ 1,00

Exercício	Saque		Fatura		Total
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2011	3	180,55	6	3.876,14	4.056,69
2010	14	1.530,00	17	8.422,79	9.952,79
2009	8	1.170,00	10	4.891,78	6.061,78

14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

QUADRO A.14.1 - RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ

14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

QUADRO A.14.2 - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

QUADRO A.14.3 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Descrição Completa					Código SIORG
7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - MJ					2832
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-029.729/2010-6	268/2011 - Plenário	9	DE - RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ ou recomendação					Código SIORG
7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - MJ					2832
Descrição da Deliberação:					
<p>9. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada no Departamento de Polícia Rodoviária Federal-MJ com o objetivo de fiscalizar o edital de Concorrência n.º 01/2010, destinado à contratação das obras para a construção do novo edifício sede da 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Curitiba-PR, com recursos no valor de R\$ 36.297.759,53, alocados à conta do PT 06.122.1368.7188.0056/2010. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:</p> <p>9.1 determinar, com fulcro no art. 43, inc. I, da Lei n.º 8.444/92, à 7ª SRPRF/PR que, no prazo de 30 dias, apresente ao Tribunal de Contas da União as providências adotadas para sanear as inconsistências verificadas no cronograma de desembolso físico-financeiro da obra para a construção do novo edifício sede da 7ª SRPRF/PR, destinadas a mitigar a possibilidade da realização de pagamentos antecipados por serviços não realizados;</p> <p>9.2 alertar à 7ª SRPRF/PR para que, nos próximos certames licitatórios, evite as seguintes impropriedades verificadas no edital da Concorrência n.º 01/2010, destinado à contratação das obras para a construção do novo edifício sede da 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Curitiba-PR:</p> <p>9.2.1 inclusão inadequada de itens no modelo BDI, campo “outros elementos”, que deveriam constar dos custos diretos da obra, tais como administração da obra, seguros, taxas e emolumentos, em atenção ao subitem 9.1.2 do Acórdão n.º 325/2007-Plenário, ressaltando ainda que o próprio Edital da Concorrência 01/2010 estabelece (item 7.5.2.5) que os custos passíveis de serem apropriados como custo direto não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;</p> <p>9.2.2 exigência da comprovação da capacidade técnico-operacional mediante a apresentação de atestado de execução de quantitativo de serviços requeridos no futuro contrato para serviços de pouca representatividade econômica em relação ao valor global da obra, descumprindo art. 30º, § 1º, inc. I, da Lei n.º 8.666/93 e a jurisprudência desta Corte de Contas;</p>					

9.3 comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram detectados, na presente fiscalização, indícios de irregularidades que se enquadrem no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei n.º 12.309/2010 (LDO/2011).

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - MJ	2832

Síntese da providência adotada:

A UJ encaminhou ao TCU em 28.02.2011 o Ofício n.º 76/2011-GAB-SUP informando as seguintes providências:

Referente ao subitem 9.1, o cronograma físico-financeiro foi devidamente readequado, no qual as despesas referentes às instalações iniciais da obra foram particionadas em 24 meses, correspondendo ao prazo de execução da obra e apresentado à empresa contratada.

Referente aos itens 9.2, 9.2.1 e 9.2.2 a UJ acusou ciência de seu conteúdo e cumprirá as recomendações nos próximos certames licitatórios.

Síntese dos resultados obtidos:

A readequação do cronograma físico-financeiro proporcionou o desembolso financeiro adequado das despesas referentes às instalações iniciais da obra. O processo TC-029.729/2010-6 foi arquivado conforme Acórdão TCU 2389/2010-Plenário.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A readequação do cronograma físico-financeiro possibilitou em tempo hábil, antes da fase de execução, a correção de possíveis distorções . Contudo, vê-se como prudente a análise dos editais antes da deflagração dos certames a fim de se orientar para correções necessárias.

15.1 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

15.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

16. TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO DA UJ

16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

QUADRO A.16.1 - INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

QUADRO A.16.2 - INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DE UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA PENDENTE DE ATENDIMENTO NO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO

17.1 Construção da nova Sede da 7ª SRPRF/PR

Importante mencionar que no exercício de 2011 foi iniciada a execução da obra de construção do edifício sede da 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, conforme contrato nº 43/2010, assinado em 17/12/2010 com a empresa Normandia Engenharia Ltda, CNPJ 02776570/0001/01, decorrente da Concorrência Pública nº 01/2010, no valor total de R\$ 31.661.609,64.

A referida obra foi iniciada em 1º de fevereiro de 2011, com previsão de término em 24 meses de acordo com o cronograma físico e financeiro. Foi executado até 31 de dezembro de 2011, 30,13% do total da obra.

Para acompanhamento e fiscalização da obra foi firmado o contrato nº 48/2010, por meio do Pregão Eletrônico nº 32/2010, com a empresa GEPLAN – Planejamento, Projetos e Gerenciamento de Obras, CNPJ nº 02786257/0001-46, no valor de R\$ 1.400.000,00, assinado em 31/12/2010, e iniciada a execução em 07/02/2011.

Os pagamentos das medições realizadas, tanto para execução da obra como para fiscalização, foram realizados conforme discriminado abaixo:

Quadro XXIV - Medição Contrato Obra 1

Medição da obra da Sede - Contrato 43/2010				
Parcela	Período	Valor previsto	Valor executado	Processo
1	01/02 a 02/03/11	206.001,56	R\$ 321.904,97	08659.005372/2011-61
2	03/03 a 01/04	281.729,79	R\$ 338.664,74	08659.007199/2011-35
3	02/04 a 01/05	560.849,75	R\$ 330.512,64	08659.009758/2011-41
4	02/05 a 31/05	791.815,20	R\$ 687.381,75	08659.013387/2011-01
5	01/06 a 30/06	791.815,20	R\$ 852.761,87	08659.018194/2011-38
6	01/07 a 30/07	1.454.708,14	R\$ 1.067.699,85	08659.019474/2011-68
7	31/07 a 29/08	1.117.166,58	R\$ 1.141.094,64	08659.022858/2011-63
8	30/08 a 28/09	1.192.048,37	R\$ 1.190.572,56	08659.023828/2011-74
9	29/09 a 28/10	1.229.489,26	R\$ 1.319.594,14	08659.027960/2011-55
10	29/10 a 27/11	1.406.233,75	R\$ 1.228.416,31	08659.029610/2011-23
11	28/11 a 27/12	1.559.834,14	R\$ 1.061.300,12*	08659.029612/2011-12

* valor pago em 2012

Quadro XXV - Medição Contrato Obra 2

Medição Fiscalização - Contrato 48/2010				
Mês	Período	Valor previsto	Valor executado	Processo
1	07/02 a 08/03	28.431,26	R\$ 27.666,75	08659.006392/2011-59
2	09/03 a 07/04	44.807,31	R\$ 26.984,93	08659.007200/2011-21
3	08/04 a 07/05	45.302,01	R\$ 13.959,76	08659.009757/2011-05
4	08/05 a 06/06	28.925,96	R\$ 30.024,96	08659.013388/2011-47
5	07/06 a 06/07	28.925,96	R\$ 38.383,71	08659.018994/2011-59

Medição Fiscalização - Contrato 48/2010				
6	07/07 a 05/08	49.503,23	R\$ 47.956,26	08659.019475/2011-16
7	06/08 a 04/09	20.577,28	R\$ 30.754,74	08659.022857/2011-19
8	05/09 a 04/10	34.819,57	R\$ 24.809,91	08659.022857/2011-1
9	05/10 a 03/11	34.819,57	R\$ 26.342,84	08659.027959/2011-21
10	04/11 a 03/12	44.822,08	R\$ 26.525,91	08659.029611/2011-78
11	04/12 a 02/01/12	65.553,21	R\$ 29.870,35*	08659.029613/2011-67

* valor pago em 2012

17.2 CONVÊNIOS DE APARELHAMENTO

A 7ª SRPRF/PR possui atualmente 8 (oito) convênios firmados com concessionárias de rodovias, os quais possibilitam a utilização de recursos disponíveis para aparelhamento do órgão nos trechos concessionados, disponibilizados por força de previsão constante nos contratos de concessão firmados entre o poder concedente (União Federal ou Governo do Estado do Paraná) e as concessionárias de rodovias.

É importante salientar que tais convênios não envolvem o repasse de recursos financeiros entre as partes, e sim um valor mensal ou anual, conforme o convênio, que cada concessionária de rodovia deve disponibilizar para materiais de consumo, bens duráveis ou serviços requisitados pela 7ª SRPRF/PR, conforme metodologia prevista em cada convênio, sendo que o procedimento de aquisição e execução financeira são de responsabilidade de cada concessionária de rodovia.

Tais convênios tem sido uma importante fonte de recursos que permitem o aparelhamento e modernização do órgão na sua atuação em 1.753,4 km de rodovias federais concessionadas – cerca de 43,3% de toda a circunscrição sob responsabilidade da 7ª SRPRF/PR. Constituem também uma interessante alternativa para o órgão contornar as dificuldades impostas decorrentes de restrições orçamentárias sofridas, contribuindo para suprir parcialmente as necessidades operacionais da atividade-fim.

Quadro XXVI - Convênio: 103/2008

Nº DO CONVÊNIO: 103/2008		
CONCESSIONÁRIA : Ecovia Caminho do Mar S/A		
INTERVENIENTE: Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná		
OBJETO: Regular a forma de utilização e operação da Verba de Aparelhamento da Polícia Rodoviária, em cumprimento à Cláusula LXXVIII do Contrato de Concessão nº 076/97 do Governo do Estado do Paraná.		
RELAÇÃO DE ITENS ADQUIRIDOS PELO CONVÊNIO NO EXERCÍCIO 2011		
Material de Consumo / Bem Durável / Serviço	Quantidade	Valor Total (R\$)
Viaturas (Veículo + Caracterização)	5	473.021,04
TOTAL DO EXERCÍCIO (em R\$)		473.021,04

Quadro XXVII - Convênio: 81/2010

Nº DO CONVÊNIO: 81/2010		
CONCESSIONÁRIA : Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S/A		
INTERVENIENTE: Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná		
OBJETO: Regular a forma de utilização e operação da Verba de Aparelhamento da Polícia Rodoviária, em cumprimento à Cláusula LXXIX do Contrato de Concessão nº 075/97 do Governo do Estado do Paraná.		
RELAÇÃO DE ITENS ADQUIRIDOS PELO CONVÊNIO NO EXERCÍCIO 2011		
Material de Consumo / Bem Durável / Serviço	Quantidade	Valor Total (R\$)
Viaturas (Veículo + Caracterização)	10	911.971,04
TOTAL DO EXERCÍCIO (em R\$)		911.971,04

Quadro XXVIII - Convênio: 82/2010

N° DO CONVÊNIO: 82/2010		
CONCESSIONÁRIA : Caminhos do Paraná S/A		
INTERVENIENTE: Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná		
OBJETO: Regular a forma de utilização e operação da Verba de Aparelhamento da Polícia Rodoviária, em cumprimento à Cláusula LXXVIII do Contrato de Concessão nº 074/97 do Governo do Estado do Paraná.		
RELAÇÃO DE ITENS ADQUIRIDOS PELO CONVÊNIO NO EXERCÍCIO 2011		
Material de Consumo / Bem Durável / Serviço	Quantidade	Valor Total (R\$)
Viaturas (Veículo + Caracterização)	8	770.462,08
TOTAL DO EXERCÍCIO (em R\$)		770.462,08

Quadro XXIX - Convênio: 84/2010

N° DO CONVÊNIO: 84/2010		
CONCESSIONÁRIA : Econorte – Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S/A		
INTERVENIENTE: Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná		
OBJETO: Regular a forma de utilização e operação da Verba de Aparelhamento da Polícia Rodoviária, em cumprimento à Cláusula LXXVIII do Contrato de Concessão nº 071/97 do Governo do Estado do Paraná.		
RELAÇÃO DE ITENS ADQUIRIDOS PELO CONVÊNIO NO EXERCÍCIO 2011		
Material de Consumo / Bem Durável / Serviço	Quantidade	Valor Total (R\$)
Viaturas (Veículo + Caracterização)	7	614.530,00
TOTAL DO EXERCÍCIO (em R\$)		614.530,00

Quadro XXX - Convênio: 01/2011

N° DO CONVÊNIO: 01/2011		
CONCESSIONÁRIA : Viapar – Concessionária Rodovias Integradas do Paraná S/A		
INTERVENIENTE: Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná		
OBJETO: Regular a forma de utilização e operação da Verba de Aparelhamento da Polícia Rodoviária, em cumprimento à Cláusula LXXIX do Contrato de Concessão nº 072/97 do Governo do Estado do Paraná.		
RELAÇÃO DE ITENS ADQUIRIDOS PELO CONVÊNIO NO EXERCÍCIO 2011		
Material de Consumo / Bem Durável / Serviço	Quantidade	Valor Total (R\$)
Viaturas (Veículo + Caracterização)	12	1.155.693,12
TOTAL DO EXERCÍCIO (em R\$)		1.155.693,12

Quadro XXXI - Convênio: 04/2009

N° DO CONVÊNIO: 04/2009		
CONCESSIONÁRIA: Autopista Litoral Sul		
INTERVENIENTE: Agência Nacional de Transportes Terrestres		
OBJETO: Regular a utilização e operação dos recursos, em cumprimento ao disposto no Capítulo XIII do Contrato de Concessão do Edital nº 003/2007, destinados ao aparelhamento necessário à execução dos serviços de policiamento e apoio à fiscalização do tráfego na Rodovia BR 116/376/PR e BR101/SC – Trecho Curitiba/PR – Florianópolis/SC e seus acessos, por meio de aquisições de bens e contratações de serviços, promovidos pela Concessionária e disponibilizados ao DPRF.		
RELAÇÃO DE ITENS ADQUIRIDOS PELO CONVÊNIO NO EXERCÍCIO 2011		
Material de Consumo / Bem Durável / Serviço	Quantidade	Valor Total (R\$)
Viaturas (Veículo + Caracterização)	2	176.240,00
Licenciamento / DPVAT / IPVA Viaturas	-	2.335,20
Manutenção de Etilômetros	24	27.792,00
Bocais para etilômetro	12500	13.850,00
Botas Táticas	64	18.880,00
Radar (10,7% do valor, saldo em 2012)	1	10.165,00
Acesso à internet via modem 3G	-	5.089,13
TOTAL DO EXERCÍCIO (em R\$)		254.351,33

Quadro XXXII - Convênio: 06/2009

N° DO CONVÊNIO: 06/2009		
CONCESSIONÁRIA: Autopista Regis Bittencourt		
INTERVENIENTE: Agência Nacional de Transportes Terrestres		
OBJETO: Regular a utilização e operação dos recursos, em cumprimento ao disposto no Capítulo XIII do Contrato de Concessão do Edital nº 001/2007, destinados ao aparelhamento necessário à execução dos serviços de policiamento e apoio à fiscalização do tráfego na Rodovia BR 116/PR/SP – Régis Bittencourt – Trecho Curitiba/PR – São Paulo/SP e seus acessos, por meio de aquisições de bens e contratações de serviços, promovidos pela Concessionária e disponibilizados ao DPRF.		
RELAÇÃO DE ITENS ADQUIRIDOS PELO CONVÊNIO NO EXERCÍCIO 2011		
Material de Consumo / Bem Durável / Serviço	Quantidade	Valor Total (R\$)
Viaturas (Veículo + Caracterização)	2	193.175,52
Licenciamento / DPVAT / IPVA Viaturas	-	8.716,31
Manutenção de Etilômetros	8	9.264,00
Bocais para etilômetro	7500	7.950,00
Botas Táticas	52	15.340,00
TOTAL DO EXERCÍCIO (em R\$)		234.445,83

Quadro XXXIII - Convênio: 09/2009

Nº DO CONVÊNIO: 09/2009		
CONCESSIONÁRIA: Autopista Planalto Sul		
INTERVENIENTE: Agência Nacional de Transportes Terrestres		
OBJETO: Regular a utilização e operação dos recursos, em cumprimento ao disposto no Capítulo XIII do Contrato de Concessão do Edital nº 006/2007, destinados ao aparelhamento necessário à execução dos serviços de policiamento e apoio à fiscalização do tráfego na Rodovia BR 116/PR/SC – Trecho Curitiba/PR – Divisa SC/RS e seus acessos, por meio de aquisições de bens e contratações de serviços, promovidos pela Concessionária e disponibilizados ao DPRF.		
RELAÇÃO DE ITENS ADQUIRIDOS PELO CONVÊNIO NO EXERCÍCIO 2011		
Material de Consumo / Bem Durável / Serviço	Quantidade	Valor Total (R\$)
Viaturas (Veículo + Caracterização)	1	105.055,52
Licenciamento / DPVAT / IPVA Viaturas	-	2.974,43
Manutenção de Etilômetros	8	9.264,00
Bocais para etilômetro	5000	5.450,00
Botas Táticas	64	18.880,00
Pneus 195/60 R15	4	1.300,00
TOTAL DO EXERCÍCIO (em R\$)		142.923,95

18. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

18.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

18.2 Declaração Contador ano vigente



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
7ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL/PR		200118	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstas na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, a seguinte:</p> <p>a) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado;</p> <p>b) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC n.º	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CONTADOR RESPONSÁVEL
Contador

Endereço: Esplanada dos Ministérios – Bloco T – Anexo II – Salas 527 e 529 - Brasília - DF – CEP 70.064-900
Telefone: (0xx61) 2025-9163 - Fax: (0xx61) 2025-9316

Observação: O documento original encontra-se nos autos do Processo nº 08659.03394/2012-77, referente ao Relatório de Gestão 2011 da 7ª SRPRF/PR.

Justificativa da DIPAM/CGA/DPRF, referente à ressalva da declaração do contador:

“A depreciação é realizada bem a bem. Sendo assim, só pode ser executada por meio informatizado, seguindo as regras, percentuais e vida útil previstos pela STN.

O ASI atualmente instalado no DPRF não executa tal procedimento, contudo esta funcionalidade já foi incluída no SIPAC. Sendo assim, todas as UGs do DPRF irão executar a depreciação a partir da implantação do novo sistema.

Observo que o prazo de implantação do SIPAC, inicialmente previsto para fevereiro, foi adiado em razão das dificuldades encontradas no processo de migração de dados, aí inclusos o RH, o patrimônio e protocolo. Esse procedimento é realizado por uma empresa contratada pelo DPRF. Esta empresa teve grandes dificuldades para localizar no mercado um Analista de Dados com qualificação suficiente para executar a tarefa. Este problema já foi resolvido e no momento estamos em execução do cronograma de migração, o qual tem data definida para finalização – 15/04/2011.

Após a finalização da migração e homologação do trabalho realizado, que irá requerer uma série de testes e possíveis ajustes, o sistema entrará em produção.

Em função dos exposto, todas as UGs do DPRF receberam a declaração do Contador, relativa a 2011, com a ressalva sobre a depreciação. Porém, de acordo com o relatado, está em andamento execução dos procedimentos para viabilizar a depreciação dos cerca de 160 mil bens pertencentes ao DPRF com a confiabilidade necessária.”

Face ao exposto, complementamos que a informação acima transcrita foi fornecida a esta UJ no ano de 2011, por ocasião da confecção do Relatório de Gestão do exercício 2010, e que tal situação permanece inalterada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Findo o exercício de 2011, pode-se elaborar o presente Relatório de Gestão evidenciando os trabalhos da Administração Pública na figura da 7ª SRPRF/PR, sendo aquele uma possibilidade ímpar para expor não só aos órgãos de controle, mas também à sociedade em geral, as atividades realizadas e/ou pretendidas por esta instituição de segurança pública.

Considerando que no exercício aqui referenciado houve contingenciamento tanto orçamentário quanto financeiro por parte do Governo Federal, gerando dificuldades no gerenciamento principalmente dos contratos em vigor, não foram medidos esforços para não prejudicar o bom serviço prestado à sociedade. Mesmo com esta restrição, a Unidade Jurisdicionada realizou gestões no sentido de trabalhar com ações pontuais e eficientes para atingir as metas contidas nos indicadores institucionais.

De outra forma, pode-se observar próximo ao encerramento do exercício de 2011 um aporte adicional de recursos orçamentários por parte do Governo Federal para aplicação nas regiões de fronteira, para custear operações direcionadas, citando como exemplo nos municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra. Nessas localidades, foram intensificadas as atividades operacionais para o combate e a prevenção à criminalidade em geral, o que pode ser observado inclusive nos resultados gerais de apreensões elencados no conteúdo deste Relatório de Gestão.

Por sua vez, os convênios de aparelhamento proporcionam, de forma complementar aos recursos descentralizados pelo DPRF, a melhor adequação dos postos e delegacias da 7ª SRPRF/PR através da aquisição de materiais de consumo e bens duráveis. As Unidades Operacionais não contempladas pelos referidos convênios também têm sido beneficiadas de forma indireta, tendo em vista que cria-se a possibilidade de remanejamento de bens adquiridos com recursos próprios do órgão.

Cientes da responsabilidade que é imputada aos gestores públicos quanto à transparência na aplicação e prestação de contas dos recursos alocados, sejam eles orçamentários, materiais, humanos, etc. foram abordados os principais aspectos que refletem a gestão deste órgão. Como principais realizações deste órgão no exercício de 2011, destacam-se o atingimento da meta de redução de mortes em acidentes nas rodovias federais no Estado do Paraná, a obtenção de resultados significativos no combate ao narcotráfico, entrada ilegal de armas e munições e no contrabando e descaminho, o início da construção do edifício sede da 7ª SRPRF/PR em Curitiba/PR e a renovação de aproximadamente 30% da frota operacional.

É importante lembrar que a 7ª SRPRF/PR durante o ano de 2009 retomou judicialmente 2.859 km de rodovias federais antes sob responsabilidade do Estado do Paraná, e que se encontra atualmente em situação de consolidação de suas atividades nesses locais, com estrutura logística aperfeiçoada e conhecimento mais aprofundado do trecho retomado, com a consequente melhoria dos serviços prestados à sociedade, embora ainda existam Unidades Operacionais e Delegacias a serem reestruturadas tanto com efetivo quanto com meios para otimização de suas atividades finalísticas.

Analisando os três indicadores institucionais, dentre os quais, dois deles são de suma importância – redução de acidentes e redução de mortes nas rodovias federais, pode-se observar que muito embora não alcançada a meta de redução de acidentes, a 7ª SRPRF/PR tem sido bem sucedida no que tange a redução de mortes. Isso demonstra que a letalidade dos acidentes está sendo controlada com ações pontuais e inteligentes.

Da mesma forma, cabe salientar que ainda que permanecendo os meios humanos e logísticos do ano 2010, houve um incremento nos procedimentos de fiscalização de veículos, pessoas, realizações dos testes de alcoolemia, condutores autuados e detidos.

Os principais dificultadores que têm impedido a 7ª SRPRF/PR de atingir plenamente

seus objetivos de redução de acidentes são:

- O efetivo muito aquém da necessidade, principalmente depois da assunção de mais 2.859 Km de rodovias federais, refletindo em exercícios seguintes, e sem o acréscimo proporcional no quadro de pessoal. Esta defasagem fica evidenciada comparando-se a relação de quilômetros por servidor. Em maio de 2009 havia uma proporção de 2,2 Km/policial, já em dezembro de 2011, esta proporção passou a ser de 5,3 Km/policial, apresentando um acréscimo de 150%;
- A situação precária de trechos rodoviários em relação à sua estrutura e conservação;
- Carência de recursos tecnológicos para fiscalização e controle, principalmente dos trechos urbanos, os quais são responsáveis por elevado número de acidentes e vítimas;
- O expressivo crescimento da frota nacional.

Ainda que a 7ª SRPRF/PR tenha atingido a grande maioria dos objetivos traçados para o exercício de 2011, pode-se constatar que existem ações a serem implementadas para que a Polícia Rodoviária Federal no Estado do Paraná possa executar com excelência suas atribuições constitucionais.

Um dos dificultadores para melhor desempenho desta Unidade Jurisdicionada é o de veículos frente a deficiência de efetivo operacional para realizar as atividades nas rodovias, e ausência de fortes investimentos na área de tecnologia para controle e fiscalização do trânsito.

A defasagem de efetivo é muito acentuada, culminando em uma situação crítica, principalmente em decorrência do trecho retomado. A 7ª SRPRF/PR apresenta um quadro em que todas as Delegacias, sem exceção, estão com uma grande defasagem de efetivo, e a área administrativa também apresenta sobrecarga de trabalho, devido ao acréscimo de demandas. Tal situação, com o passar do tempo, é agravada em decorrência de remoções de servidores para outras regionais, aposentadorias e afastamentos de servidores.

Algumas soluções são visualizadas no futuro próximo para a mitigação de tal quadro, como a continuidade e conclusão do concurso de 2009 para ingresso de novos policiais seguido da abertura de novos concursos para suprir parte da demanda por servidores,

Para o exercício de 2012, esta Unidade Jurisdicionada pretende continuar executando ações pontuais para atingir as metas dos indicadores institucionais estabelecidos para o período. No combate à criminalidade, principalmente devido à localização geográfica do Estado, o órgão dará sequência às atividades já desenvolvidas, intensificando a fiscalização minuciosa e constante em especial nas regiões de fronteira, esperando o aporte necessário de recursos para tal finalidade. Dentro deste contexto, está previsto o início do procedimento para contratação do projeto de construção da sede da 6ª Delegacia Regional no município de Guaíra. Ainda, conta com a previsão de ampliar o uso da tecnologia para fiscalização eletrônica de velocidade, em especial nos perímetros urbanos das rodovias federais.

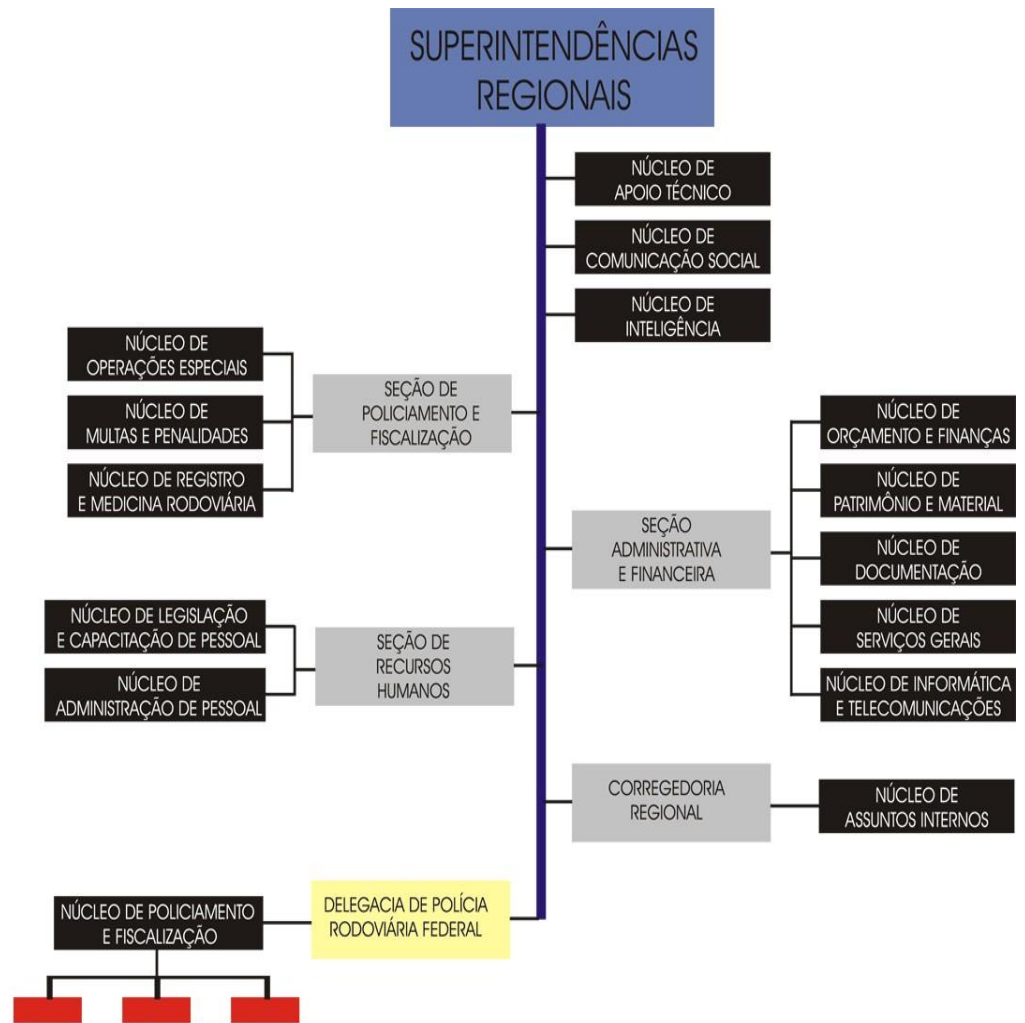
Cresce ainda a expectativa para a participação da PRF nos eventos de grande porte a serem desenvolvidos nos próximos anos – como por exemplo a Rio +20 já em 2012, e a Copa do Mundo de Futebol em 2014 – o que possivelmente poderá proporcionar capacitação de servidores e aparelhamento desta força policial.

Espera-se que o presente relatório possa, para os órgãos da Administração Pública, sejam eles de controle ou não, ter trazido as informações necessárias para elucidar e convalidar os atos praticados pelos gestores desta Unidade Jurisdicionada, e para a sociedade, um pouco mais de conhecimento das atividades realizadas pela 7ª SRPRF/PR em suas várias frentes de ação, com a devida e indispensável transparência.

Com o presente documento, a 7ª SRPRF/PR encerra o exercício, enaltecendo a missão

institucional de “preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã” como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

ANEXO I - ORGANOGRAMA DA 7ª SRPRF/PR



LEGENDA:

- Superintendências Regionais
- Delegacia
- Seções
- Núcleos
- Postos Policiais

Competências: Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal aprovado pela Portaria MJ nº 1375, de 2 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União na Edição nº 150, de 6/08/2007:

PORTARIA N o 1.375, DE 2 DE AGOSTO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, na forma do Anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria no 3.741, de 15 de dezembro de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARSO GENRO

ANEXO

REGIMENTO INTERNO

DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão específico singular, integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, a que se refere o art. 2º, inciso II, alínea "h", do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, tem por finalidade exercer as competências estabelecidas no §2º do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, e, especificamente:

I - preservar a ordem, a segurança pública, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, planejar e coordenar o policiamento rodoviário e executar operações relacionadas com os serviços de segurança pública, por meio do policiamento ostensivo das rodovias e estradas federais;

II - exercer os poderes de autoridade de trânsito, dentre os quais:

a) autuar infratores, adotar as medidas administrativas e aplicar as penalidades;

b) cobrar e arrecadar multas, taxas e valores, em razão da prestação dos serviços de apreensão, remoção e estadia de veículos, objetos e animais, que se encontrem irregularmente nas faixas de domínio das rodovias federais, podendo providenciar a alienação daqueles não reclamados, na forma da legislação em vigor;

c) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, a escolta de veículos de cargas superdimensionadas, indivisíveis ou perigosas, podendo recolher os valores provenientes deste serviço; e

d) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;

III - executar o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas e bens;

IV - planejar e executar os serviços de prevenção de acidentes e atendimento a vítimas nas rodovias e estradas federais;

V - realizar levantamentos de locais de acidentes, boletins de ocorrências, análise de disco diagrama, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em lei ou regulamentos, imprescindíveis à completa elucidação dos acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias e estradas federais;

VI - assegurar a livre circulação das vias, notadamente em casos de acidentes de trânsito e manifestações sociais e calamidades públicas;

VII - elaborar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do artigo 69 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, e disciplinando o seu preenchimento a ser aprovada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

VIII - manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e a implementação de ações integradas de segurança pública;

IX - executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;

X - informar ao órgão responsável pela manutenção, conservação e sinalização das vias, sobre as condições de tráfego que possam comprometer a segurança do trânsito, solicitando e adotando medidas emergenciais à sua proteção;

XI - promover processos de recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, bem como demais atividades de ensino, na área de competência do Departamento;

XII - credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis, e

de produtos perigosos;

XIII - assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário competente a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança; e

XIV - planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O Departamento de Polícia Rodoviária Federal -DPRF tem a seguinte estrutura:

I - Unidades Centrais

...

II - Unidades Desconcentradas

1. Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal - SRPRF

1.1. Núcleo de Apoio Técnico - NUAT

1.2. Núcleo de Comunicação Social - NUCOM

1.3. Núcleo de Inteligência - NUINT

1.4. Seção de Policiamento e Fiscalização - SPF

1.4.1. Núcleo de Operações Especiais - NOE

1.4.2. Núcleo de Multas e Penalidades - NMP

1.4.3. Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária - NURAM

1.5. Seção Administrativa e Financeira - SAF

1.5.1. Núcleo de Orçamento e Finanças - NUOFI

1.5.2. Núcleo de Patrimônio e Material - NUPAT

1.5.3. Núcleo de Documentação - NUDOC

1.5.4. Núcleo de Serviços Gerais - NUSEG

1.5.5. Núcleo de Telemática - NUTEL

1.6. Seção de Recursos Humanos - SRH

1.6.1. Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal NUCAP

1.6.2. Núcleo de Administração de Pessoal -NUAP

1.7. Corregedoria Regional - CR

1.7.1. Núcleo de Assuntos Internos - NUIAI

1.8. Delegacia de Polícia Rodoviária Federal -DelPRF

1.8.1. Núcleo de Policiamento e Fiscalização NPF

...

§1º As Superintendências Regionais em número de vinte e uma, compõem-se de cento e cinquenta e uma delegacias, assim distribuídas:

...

VII - 7ª Superintendência, com sede na cidade de Curitiba, abrangendo o Estado do Paraná, com sete delegacias;

...

Art. 75. Às Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal, nos âmbitos das respectivas circunscrições, compete:

I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

II - conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;

III - emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;

IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;

V - conceder remoção, ex-ofício, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;

VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;

VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;

VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;

IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;

X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e

XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 76. Ao Núcleo de Apoio Técnico compete:

I - promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;

II - prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos;

III - prestar acompanhamento administrativo nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência;

IV - elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente;

V - prestar auxílio técnico às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado;

VI - reunir, organizar, zelar e manter atualizado todo o acervo de livros, revistas e demais publicações jurídico-legais da Superintendência; e

VII - providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias da Regional de um exemplar do boletim de serviço central.

Art. 77. Ao Núcleo de Comunicação Social compete:

I - orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social;

II - promover e executar as atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Departamento, no âmbito da Superintendência;

III - providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional;

IV apurar, editar, redigir e difundir matérias do interesse da Superintendência;

V - programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência; e

VI - promover a articulação da Superintendência com outros órgãos da Administração Pública, bem como manter cadastro atualizado de autoridades.

Art. 78. Ao Núcleo de Inteligência compete:

I - seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento;

II - assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência;

III - apresentar relatório periódico das atividades de inteligência ao Superintendente e ao Coordenador de Inteligência;

IV - planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência na Superintendência;

V - produzir conhecimentos resultantes do processamento completo das informações obtidas pela atividade de inteligência;

VI - intensificar a produção de conhecimentos para a atividade-fim, atuando em conjunto com as Delegacias e a Seção de Policiamento e Fiscalização da Superintendência;

VII - cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à salvaguarda de assuntos sigilosos;

VIII - identificar, acompanhar e avaliar as ameaças reais ou potenciais à área de atuação da Superintendência;

IX - planejar e elaborar o Plano de Segurança Orgânica da sede da Superintendência, bem como nas Delegacias e Postos subordinados à Superintendência;

X - solicitar dados, informações e conhecimentos aos órgãos de inteligência, sobre assuntos de interesse da Superintendência;

XI - manter intercâmbio com órgãos públicos e entidades privadas, com vistas à obtenção de dados relacionados com a sua área de atuação;

XII - manter sob sua guarda toda a documentação encaminhada para os arquivos da área de inteligência;

XIII - receber, conferir e classificar documentos, expedientes e demais correspondências, bem como controlar o trâmite de correspondências enviadas e recebidas por meio de malotes específicos da área;

XIV - propor a aplicação de cursos de capacitação, especialização, seminários, palestras e outros eventos ligados à atividade de inteligência, apresentando projetos ao Coordenador de Inteligência do Departamento, por intermédio do Superintendente; e

XV - elaborar e propor o Plano Anual de Atividades de Inteligência na Superintendência.

Art. 79. À Seção de Policiamento e Fiscalização compete:

I - programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas,

credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria;

II - coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material informações pertinentes à estadia, alimentação, locomoção e outros dados necessários ao planejamento de apoio logístico, quando da realização de operações fora da circunscrição da Superintendência;

III - coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais - CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta;

IV - orientar, supervisionar e controlar os serviços de escolta e segurança, nos deslocamentos de autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos responsáveis, mantendo sob seu comando direto um corpo de motociclistas para a execução dessas tarefas;

V - organizar e manter atualizado o controle dos veículos e bens apreendidos; o cadastro de formulários destinados à apreensão de documentos, veículos, armas e outros objetos; bem como o cadastro dos documentos extraviados, cancelados ou danificados;

VI - programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito, objetivando a redução dos acidentes; e

VII - realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência, além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas, gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestados ao longo das rodovias e estradas federais.

Art. 80. Ao Núcleo de Operações Especiais compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;

II estudar, revisar e propor normas, instruções e regulamentações referentes a abordagem, bloqueio de estradas, controle de tráfego e demais ações de policiamento;

III - executar, controlar e avaliar as operações especiais desencadeadas pela Superintendência;

IV - apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo superior hierárquico;

V - executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, contrabando, descaminho, falsificação de produtos, adulteração de combustíveis, outros crimes contra o patrimônio, e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais;

VI - executar, acompanhar e promover ações específicas no combate ao trabalho escravo, à exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de seres humanos, aos crimes ambientais, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, e demais delitos transnacionais que utilizem as rodovias e estradas federais para sua consecução;

VII - pesquisar, analisar e difundir o comportamento dos infratores, bem como organizar e manter atualizado o cadastro de informações sobre os crimes praticados nas rodovias e estradas federais, além de elaborar e difundir as resenhas sobre acontecimentos de relevância ocorridos em sua área de atuação em articulação com a área de Inteligência e Central de Informações Operacionais; e

VIII - coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.

Art. 81. Ao Núcleo de Multas e Penalidades compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;

II - organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades da Superintendência, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades;

III - organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registros de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;

IV - acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;

V - controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infração distribuídos, extraviados ou danificados;

VI - controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;

VII - elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e

da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes;
VIII - preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas, e
IX - coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Art. 82. Ao Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária compete:

I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam:

- a) atendimento pré-hospitalar e resgate
- b) transporte inter-hospitalar;
- c) transporte de órgãos;
- d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional;
- e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;
- f) comandos de saúde preventivos para o trânsito;
- g) atividades de medicina do tráfego;
- h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito;
- i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.

II - realizar ou acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

III propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

IV - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Defesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso I;

V - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes;

VI propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço;

VII - manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;

VIII - preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito;

IX - orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos, elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança;

X - colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;

XI - promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários ligados a boletins de ocorrências; e

XII - realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário.

Art. 83. À Seção Administrativa e Financeira compete:

I - programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;

II - elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência;

III orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;

IV coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente;

V - comunicar os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações no âmbito da Superintendência;

VI - indicar à autoridade competente os servidores que deverão atuar como pregoeiro, equipe de apoio, presidente e membros das comissões de licitação, gestores de contrato e comissão de recebimento de materiais/serviços no âmbito da Unidade Regional;

VII - prestar apoio administrativo ao pregoeiro e às comissões de licitação;

VIII - supervisionar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e gestão contratual no âmbito da Superintendência;

IX - organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório;

X - promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no âmbito da Unidade Regional; e

XI - desenvolver, implementar e coordenar o planejamento da Unidade Regional, considerando todas as áreas de atuação e encaminhando as demandas à Sede Central, em prazo estabelecido mediante instrução interna do Departamento.

Art. 84. Ao Núcleo de Orçamento e Finanças compete:

I - programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira;

II - elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;

III - controlar e executar os recursos recebidos e praticar os procedimentos pertinentes à emissão de notas de empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas;

IV - informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;

V - controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;

VI - controlar e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;

VII - receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos;

VIII - analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;

IX - proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;

X - analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;

XI - emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos;

XII - manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários; e

XIII - manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.

Art. 85. Ao Núcleo de Patrimônio e Material compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;

II - efetuar o levantamento das necessidades da Superintendência e propor a aquisição de bens móveis e imóveis;

III - receber, acompanhar, controlar, distribuir ou redistribuir os bens móveis;

IV - propor a recuperação, reparação ou substituição dos bens danificados integral ou parcialmente; a alienação dos bens móveis considerados prescindíveis ou de recuperação antieconômica e a baixa dos bens irrecuperáveis, de acordo com a legislação pertinente, elaborando os mapas de incorporação e baixa de bens;

V - promover o inventário patrimonial dos bens de responsabilidade da Superintendência;

VI - examinar os processos de alienação, bem como orientar e controlar a execução dos atos que envolvam a aquisição, alienação e recebimento de bens móveis e imóveis, e os registros contábeis de baixas, cessões e alienações;

VII - manter atualizado o cadastro de material permanente e de imóveis, com a respectiva documentação, inclusive termo de responsabilidade;

VIII - examinar, conferir, armazenar e escriturar a entrada e a saída de materiais e equipamentos, exercendo o controle físico-contábil dos estoques, bem como efetuar o levantamento das necessidades e propor a aquisição do material de consumo;

IX - manter em segurança os materiais estocados, observando as condições de armazenamento, de acordo com as determinações contidas em legislação pertinente, bem como indicar membros para compor comissão especial para efetuar o inventário e o recebimento de bens adquiridos;

X - atualizar, no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União, as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência;

XI - manter atualizada a situação física dos bens patrimoniais no sistema de controle interno do patrimônio; e

XII - manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores lotados na Unidade Desconcentrada para pronto atendimento quando solicitado.

Art. 86. Ao Núcleo de Documentação compete:

I - controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;
II - receber, conferir, classificar, numerar, selecionar, distribuir, pesquisar, autuar e indexar documentos, processos, expedientes e demais correspondências;
III - manter sob sua guarda, em perfeitas condições de conservação, a documentação encaminhada para arquivo;
IV - manter registro, controlar, acompanhar e prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos;
V - controlar o trâmite de correspondências enviadas por meio de malotes;
VI - promover a aquisição, supervisão e controle da distribuição do Diário Oficial, jornais, revistas e periódicos necessários ao desempenho da Superintendência;
VII - implementar e supervisionar a política de documentação e informação no âmbito da Superintendência, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória; e
VIII - normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho.

Art. 87. Ao Núcleo de Serviços Gerais compete:

I - encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;
II - elaborar e manter atualizado o catálogo de materiais e de especificações, bem como manter registro cadastral de fornecedores e prestadores de serviços;
III - processar e efetuar compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente;
IV - instruir os interessados sobre os documentos necessários à inscrição no cadastro de fornecedores;
V - acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional;
VI - promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;
VII - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos;
VIII - promover o gerenciamento da frota de veículos;
IX - elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos -PAAV no âmbito da sua Unidade Regional;
X - informar imediatamente ao Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material sobre qualquer alteração de situação física, temporária ou permanente, dos bens patrimoniais encaminhados para manutenção ou conserto, bem como sobre movimentações para estes fins; e
XI - repassar periodicamente ao Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais as informações relativas à manutenção e documentação das viaturas da Superintendência.

Art. 88. Ao Núcleo de Telemática compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;
II - desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação;
III - treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Superintendência;
IV - pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização de recursos de hardware, software e de telecomunicações, bem como sua implantação e operação;
V - promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e programas de informática, telefonia e radiocomunicação; e
VI - dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.

Art. 89. À Seção de Recursos Humanos compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; e
II - planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde:
a) concessão de plano de saúde;
b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;
c) Projeto Servidor Saudável a Escolha Racional e Viável - PROSSERV;

- d) apoio de saúde institucional;
 - e) higiene e saúde no trabalho;
 - f) perícias;
 - g) doenças do trabalho;
 - h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;
 - i) medicina do trabalho;
 - j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;
 - l) juntas médicas regionais.
- III - prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química;
- IV auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;
- V - realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas;
- VI - realizar ou acompanhar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;
- VII - propor aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas; e
- VIII - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II.
- Art. 90. Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal compete:
- I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;
 - II - auxiliar na realização de concursos públicos e outros processos seletivos, cursos e estágios;
 - III - realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal;
 - IV - analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;
 - V - planejar e executar as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA;
 - VI - instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;
 - VII - executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da GDATA;
 - VIII - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como elaborar diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos da Superintendência;
 - IX - instruir processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações rídico-legais necessárias à defesa da União; e
 - X - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.
- Art. 91. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:
- I - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;
 - II - auxiliar o Chefe do Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência;
 - III - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento;
 - IV - cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;
 - V - controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar;
 - VI - prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei;
 - VII - adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;

VIII controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;

IX - controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;

X - instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-offício, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores;

XI - analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;

XII - promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;

XIII - fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei;

XIV - acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;

XV - calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignação;

XVI - elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas-de-custo, auxílio-creche, alimentação, transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional;

XVII adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente;

XVIII - planejar, coordenar, orientar e executar, em nível nacional, as seguintes atividades de saúde:

a) acompanhamento da concessão de plano de saúde;

b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;

c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável -PROSSERV;

d) apoio de saúde institucional;

e) higiene e saúde no trabalho;

f) perícias de saúde;

g) doenças do trabalho;

h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;

i) atividades de medicina do trabalho;

j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;

l) Junta médica nacional;

m) juntas médicas regionais;

n) auxiliar o recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

o) inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

p) auxiliar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades de saúde;

q) proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades de saúde;

r) representação local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades gêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas no inciso XXV.

XIX - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Art. 92. À Corregedoria Regional compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;

III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;

IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;

VI elaborar e manter atualizado os relatórios da área correccional da Unidade Regional;

VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correccionais de servidores da Superintendência;

VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;

IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;

X - elaborar estatísticas de interesse da área correccional e relatórios de gestão;

XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correccionais;

XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;

XIII - auxiliar na gestão do orçamento correccional;

XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e

XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:

I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;

II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;

III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;

IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;

V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e

VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Art. 94. Às Delegacias de Polícia Rodoviária Federal compete:

I - executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;

II - controlar e orientar os procedimentos de autuação e adoção de medidas administrativas;

III - controlar as condições do trânsito nas rodovias e estradas federais e executar outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da delegacia;

IV - zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao longo das rodovias e estradas federais sob sua circunscrição, bem como realizar comandos especiais e de rotina;

V - adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, notadamente em casos de acidentes;

VI - zelar pela observância das disposições legais e regulamentares quanto ao alinhamento, recuo e gabarito das construções às margens das rodovias e estradas federais ou de obras e instalações que possam interferir na segurança do trânsito;

VII - adotar medidas de prevenção e repressão aos crimes contra a pessoa, a vida, o patrimônio público e de particulares, o meio ambiente, a administração pública, em especial o contrabando e o descaminho, e demais delitos previstos na legislação penal em vigor, nas estradas e rodovias federais;

VIII - controlar e executar os serviços referentes às áreas administrativas, de pessoal, de protocolo e arquivo, zeladoria, material e patrimônio;

IX - baixar atos normativos relativos à regulamentação de atividades, em sua área de circunscrição, após devidamente autorizado pelo Superintendente ou Chefe de Distrito; e

X - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 95. Ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização compete controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia.

ANEXO II - ESTRUTURA DELEGACIAS NO ESTADO DO PARANÁ

Delegacia / Circunscrição	Unidades Operacionais / Localização
Delegacia 7/1 – Colombo - BR 116, do Km 0 (Campina Grande do Sul - divisa com São Paulo) ao Km 211,8 (Rio Negro - divisa com Santa Catarina), incluindo o Acesso Curitiba - BR 277, do Km 0 (Paranaguá) ao Km 170 (Palmeira) - BR 376, do Km 530,1 (Balsa Nova) ao Km 682,1 (Guaratuba - divisa com Santa Catarina), incluindo Acesso São José dos Pinhais e Curitiba - BR 476, do Km 0 (Adrianópolis - divisa com São Paulo) ao Km 197,9 (Curitiba), incluindo a Linha Verde de Curitiba	UOP Fari (Contorno Leste) – BR 116 – Km 95 – São José dos Pinhais
	UOP Bolinelli (Taquari) – BR116 – Km 56 – Campina Grande do Sul
	UOP Mandirituba – BR 116 – Km 137 – Mandirituba
	UOP Barigui – BR 277 – Km 100 – Curitiba – desativado em 29/09/2011
	UOP São Luiz do Purunã – BR 277 – Km 140 – Balsa Nova
	UOP Wanser – BR 277 – Km 59 – São José dos Pinhais
	UOP Alexandra – BR 277 – Km 12 – Paranaguá
	UOP Contenda – BR 376 – Km 634 – São José dos Pinhais
	UOP Alto da Serra – BR 376 – Km 666 – Guaratuba
	UOP Araucária – BR 476 – Km 158 – Araucária
Delegacia 7/2 – Pato Branco - BR 153, do Km 388,9 (Paulo Frontin) ao Km 513,8 (General Carneiro) - BR 158, do Km 491,5 (Coronel Vivida) ao Km 528,4 (Pato Branco) - BR 163, do Km 0 (Dionísio Cerqueira) ao Km 129,3 (Realeza) - BR 280, do Km 255,2 (Marmeleiro) ao Km 327,2 (Dionísio Cerqueira) - BR 373, do Km 429,5 (Chopinzinho) ao Km 481,3 (Coronel Vívida) - BR 476, do Km 198 (Lapa) ao Km 364 (divisa PR/SC - municípios União da Vitória/ Porto União)	UOP Pato Branco – BR 158 – Km 520 – Pato Branco
	UOP União da Vitória – BR 153 – Km 462 – Porto Vitória
	UOP São Mateus do Sul – BR 476 – Km 273 – São Mateus do Sul
	UOP Planalto – BR 163 – Km 83 – Planalto
Delegacia 7/3 – Ponta Grossa - BR 153, do Km 160,6 (Ventania) ao	UOP Caetano - BR-373, Km 184,1 - Ponta Grossa

Delegacia / Circunscrição	Unidades Operacionais / Localização
Km 388,8 (Mallet) - BR 277, do Km 170,1 (Palmeira) ao Km 398,9 (Três Pinheiros) - BR 373, do Km 171,8 (Ponta Grossa) ao Km 284,5 (Prudentópolis) - BR 373, do Km 382 (Três Pinheiros) ao Km 429,4 (Chopinzinho) - BR 376, do Km 348,6 (Ortigueira) ao Km 530 (Ponta Grossa)	UOP Guará - BR-277, Km 318,9 - Guarapuava UOP Furnas - BR-376, Km 509 - Ponta Grossa UOP Irati - BR-277, Km 245 - Irati UOP Imbaú - BR-376, Km 412 - Imbaú
Delegacia 7/4 – Cascavel - BR 158, do Km 0 (Campo Mourão) ao Km 21 (Campo Mourão) - BR 158, do Km 196,3 (Peabirú) ao Km 290,4 (Campo Mourão) - BR 158, do Km 323,4 (Laranjeiras do Sul) ao Km 464,8 (Chopinzinho) - Delegacia 7/4 – Cascavel (continuação) BR 272, do Km 361 (Campo Mourão - Avenida Perimetral Tancredo Neves) ao Km 431,8 (Goio Erê) - BR 277, do Km 399 (Três Pinheiros) ao Km 603 (Cascavel - Capitão Leônidas Marques) - BR 369, do Km 357,5 (Campo Mourão) ao Km 524,6 (Cascavel) - BR 467, do Km 71,5 (Toledo) ao Km 117 (Cascavel) - BR 487, do Km 117,1 (Cruzeiro do Oeste) ao Km 253,3 (Iretama)	UOP Cascavel - BR-277, Km 580 - Cascavel UOP Catanduvas - BR-277, Km 549 - Catanduvas UOP Laranjeiras do Sul - BR-277, Km 451- Laranjeiras do Sul UOP Ubiratã - BR-369, Km 446 - Ubiratã UOP Campo Mourão - BR-369, Km 365 - Campo Mourão UOP Lindoeste - BR-163, Km 172,5 - Lindoeste
Delegacia 7/5 – Foz do Iguaçu - BR 277 do Km 603,1 (Cascavel -	UOP Santa Terezinha do Itaipú - BR-277, Km 714 - Sta Teresinha do Itaipú

Delegacia / Circunscrição	Unidades Operacionais / Localização
<p>Trevo Capitão Leônidas Marques) ao Km 731,3 (Foz do Iguaçu), incluindo a Ponte Internacional da Amizade (fronteira Brasil - Paraguai)</p> <p>- BR 469, do Km 0 ao Km 33 (Foz do Iguaçu), incluindo a Ponte Tancredo Neves (fronteira Brasil - Argentina)</p> <p>- BR 600, do Km 0 ao Km 6,8 (Foz do Iguaçu - acesso à Usina de Itaipu)</p>	UOP Céu Azul - BR-277, Km 644 - Céu Azul
	UOP Ponte Internacional da Amizade - BR-277, Km 730 - Foz do Iguaçu
	UOP Ponte Tancredo Neves - BR-469, Km 12,7 - Foz do Iguaçu (Aduana da Receita Federal do Brasil)
<p>Delegacia 7/6 – Guaíra</p> <p>- BR 163, do Km 242,2 (Toledo) ao Km 354,2 (Guaíra), incluindo a Ponte Ayrton Senna (acesso ao Paraguai)</p> <p>- BR 272, do Km 521 (Francisco Alves) ao Km 567,3 (Guaíra)</p> <p>- BR 487, do Km 0 (Porto Camargo) ao Km 12 (Icaraíma)</p>	UOP Ponte Ayrton Senna – BR 163, Km 350 - Guaíra
	UOP Guaíra – BR 272, Km 561,8 - Guaíra
	UOP Porto Camargo – BR 487, Km 3 – Alto Paraíso
	UOP Quatro Pontes – BR 163, Km 278 – Quatro Pontes
<p>Delegacia 7/7 – Londrina</p> <p>- BR 153, do Km 0 (Jacarezinho) ao Km 160,5 (Ventania)</p> <p>- BR 369, do Km 0 (Divisa de Estados PR/SP) ao Km 248,5 (Bom Sucesso)</p> <p>- BR 376, do Km 31 (Nova Londrina) ao Km 348,5 (Ortigueira)</p>	UOP Ibiporã - BR-369, Km 131 - Ibiporã
	UOP Mauá da Serra - BR-376, Km 297 - Mauá da Serra
	UOP Apucarana - BR-376, Km 247 - Apucarana
	UOP Marialva - BR-376, Km 190 - Marialva
	UOP Paranavaí - BR-376, Km 108 - Paranavaí
	UOP Cornélio Procópio - BR-369, Km 83 - Cornélio Procópio
	UOP Cambará - BR-369, Km32,2 - Cambará
	UOP Santo Antônio da Platina - BR-153, Km 39 - Santo Antônio da Platina
UOP Ibaiti - BR-153, Km 105 - Ibaiti	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
7ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

ANEXO III - ROL DE RESPONSÁVEIS

EXERCÍCIO 2011

CURITIBA/PR, 2012



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
7ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

ANEXO IV - RELATÓRIO CGU-PAD

EXERCÍCIO 2011

As informações constantes deste relatório -CGU PAD- são sigilosas no grau reservado, nos termos do Decreto nº 5.553 de 27/12/2002;

CURITIBA/PR, 2012